



MESTRADO EM PSICOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

CRISTINA CELIA CORREIA

Levantamento da trajetória do egresso após o término do Programa Jovem Aprendiz

Curitiba

2016

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

MESTRADO EM PSICOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

CRISTINA CELIA CORREIA

Levantamento da trajetória do egresso após o término do Programa Jovem Aprendiz

Dissertação de mestrado apresentado à Universidade
Tuiuti do Paraná, para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social Comunitária

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Kafrouni

Curitiba

2016

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

C824 Correia, Cristina Celia.

Levantamento da trajetória do egresso após o término do
Programa Jovem Aprendiz / Cristina Celia Correia;
orientadora Prof^a dr^a Roberta Kafrouni.
97f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná
Curitiba, 2016.

1. Jovem aprendiz. 2. Programa jovem aprendiz.
3. Juventude. 4. Juventude e trabalho. Dissertação (Mestrado)
– Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Mestrado em
Psicologia. II. Título.

CDD – 370.113

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória do jovem egresso do Programa Jovem Aprendiz e a efetividade do referido programa de aprendizagem. A análise foi feita a partir da perspectiva do próprio jovem, utilizando a abordagem qualitativa de natureza descritivo-exploratória, com aplicação de entrevista semiestruturada. Foram elaboradas cinco categorias *a priori*, sendo: expectativas em relação ao Programa Jovem Aprendiz, contribuições do Programa Jovem Aprendiz para a inserção laboral, aprendizado no Programa Jovem Aprendiz e na empresa, expectativa quanto ao futuro e sentimento quanto ao Programa Jovem Aprendiz. Participaram da entrevista cinco jovens com idade entre 18 e 22 anos, que concluíram o programa de aprendizagem na instituição formadora SENAC-PR na cidade de Curitiba. Quanto à experiência do jovem na empresa, é perceptível que o PJA não atende às suas necessidades, por serem atividades repetitivas, além de gerar insegurança com relação ao mercado de trabalho. Nesse sentido, constatou-se a falta de informação quanto ao objetivo do Programa Jovem Aprendiz e dificuldade do jovem de incluir-se no mercado laboral. Por fim, evidenciou-se a necessidade de políticas públicas que atendam às necessidades do jovem quanto ao mercado laboral, no sentido de formação de sujeitos autônomos e com senso crítico. É preciso analisar o formato do Programa Jovem Aprendiz praticado atualmente, além de buscar alternativas quanto à participação das empresas nesse processo.

Palavras-chave: jovem aprendiz, programa jovem aprendiz, juventude, juventude e trabalho.

Abstract

This research was conducted to analyze the trajectory of the students who completed the Young Apprentice Program and the effectiveness of that learning program. The analysis was made from the perspective of the young apprentices themselves, using a descriptive exploratory nature qualitative approach, with the application of semi-structured interviews. Five categories were prepared, as follows: young apprentice's expectations regarding the program, young apprentice program's contributions to job placement, learning at the young apprentice program and at the companies, expectations about the future and feelings regarding the young apprentice program. Five apprentices aged between 18 and 22, who completed the apprenticeship program at the educational institution SENAC (Curitiba, PR, Brazil) participated in the interview. Regarding their experience at the companies, it is noticeable that the Young Apprentice Program does not meet their needs for they perform repetitive activities, and generates uncertainty regarding the labor market. In this sense, there was a lack of information as to the purpose of the Young Apprentice Program and the difficulty for the young apprentices to be included in the labor market. Finally, it was evident that it is necessary to establish public policies that meet the needs of the young apprentices in the labor market in the sense of forming autonomous individuals with critical sense. It is necessary to analyze the current Young Apprentice Program format, in addition to seeking alternatives regarding the participation of companies in the process.

Keywords: young apprentice, young apprentice program, youth, youth and work.

Sumário

Introdução	5
1. Juventude e trabalho	12
1.1 Juventude	13
1.2. O papel social do trabalho para a juventude	14
1.3. Projeto de vida e trabalho.....	20
2. Políticas públicas para juventude e trabalho	24
2.1. PP para juventude	24
2.2 O programa jovem aprendiz	29
2.3. Lei da Aprendizagem.....	32
3. Método	40
4. Resultados e discussões	45
Considerações finais	67
Referências Bibliográficas.....	71
Apêndice	81
Anexos	82
Anexo 1 – Carta de autorização	
Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	
Anexo 3 – Entrevista semiestruturada	
Anexo 4 – Tabela de categorias	

Introdução

O Programa Jovem Aprendiz foi criado pelo governo federal no ano de 2000, para atender a uma demanda identificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual apresentou alto índice de desemprego entre jovens até 24 anos, que consequentemente impedia o crescimento da economia do País. A proposta era facilitar a entrada do jovem no mundo laboral, sem comprometer os seus estudos e o seu desenvolvimento (Brasil, 2010).

É importante salientar que embora o Programa Jovem Aprendiz seja um estímulo a jovens de 14 a 24 anos para a entrada no mercado de trabalho, o rendimento no que se refere a salário para a categoria juventude, que segundo o Estatuto da Juventude de 2004, compreende até os 29 anos, ainda está aquém do esperado (Brasil, 2013). Veja,

No Brasil, entre os adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade ocupados na semana de referência, 39,6% tinham rendimento de todos os trabalhos até 1 salário mínimo (R\$ 622,00) em 2012, e somente 18,2% deles tinham rendimento superior a dois salários mínimos. Observa-se que grande parte dos jovens tem baixo rendimento do trabalho, normalmente associado ao fato de essas pessoas estarem iniciando a carreira e se inserirem em trabalhos com menos garantias (IBGE, 2013,p.31).

De acordo com o Manual de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 2009 o Programa Jovem Aprendiz tem como objetivo a formação para o trabalho técnico profissional associando o conhecimento teórico à prática. O conhecimento teórico é adquirido em instituições de ensino como o Sistema Nacional de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAT, SESCOOP), escolas técnicas e Organizações não Governamentais (ONG'S) (Neu e Cacenorte, 2013).

Segundo o MTE (2009), o conhecimento adquirido, a partir da Aprendizagem, traz oportunidades tanto para o jovem quanto para as empresas, pois a capacitação prepara o jovem para o mundo laboral e de antemão atende a demanda de mão de obra das empresas. Entretanto é preciso analisar a efetividade do Programa Jovem Aprendiz no que se refere à

trajetória do jovem após o término do programa, afinal não há garantias quanto a sua permanência na empresa ao término do contrato e também não há perspectiva do jovem quanto às funções exercidas durante sua aprendizagem. Em alguns casos essas funções não fazem parte do desejo ou sonho futuro do jovem. Isso foi observado por mim, durante cinco anos atuando como instrutora dentro da instituição formadora SENAC-PR.

A partir dos dados descritos pelo MTE sobre a lei da Aprendizagem e da minha atuação como instrutora na área de aprendizagem no SENAC-PR, questiono a efetividade do Programa Jovem Aprendiz no que se refere aos resultados obtidos pelos jovens egressos, após o término do referido Programa. Ao que parece, é uma lei mais direcionada às empresas que devem cumprir uma meta de contratação, do que uma preocupação quanto ao futuro dos jovens aprendizes.

Meus questionamentos sobre a efetividade do Programa Jovem Aprendiz e a trajetória do jovem após o término do programa de aprendizagem começaram no ano de 2004, quando ingressei como instrutora no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em Curitiba, sendo privilegiada ao atender a uma solicitação da coordenação, para trabalhar com jovens que participavam do Programa Jovem Aprendiz, dentro de uma empresa de grande porte localizada na cidade de Curitiba.

O SENAC-PR tem parcerias com empresas que precisam cumprir as exigências da lei, a qual consta da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), art. 429 que determina que todas as empresas de médio porte (50 a 99 funcionários) e grande porte (acima de 99 funcionários) contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários.

Nesse caso, as aulas teóricas aconteciam dentro da própria empresa a qual tinha toda a estrutura para atender aos jovens e, lá, ministrei aulas por um ano. Esse foi meu primeiro contato com jovens aprendizes, experiência que foi muito significativa, pois, além das

famílias e da empresa que participavam e os acompanhavam ativamente, também era notável o orgulho dos jovens durante as aulas, por estarem participando do Programa Jovem Aprendiz na empresa em que os pais atuavam. Quando questionados, sobre o futuro, sabiam o que queriam, a maioria da turma almejava fazer faculdade, eram participativos durante as aulas e demonstravam em seu comportamento, muita força de vontade e comprometimento.

As turmas que participavam do PJA, dentro do SENAC, Guarda Mirim e Quatro Barras tinham relatos diferentes. Quando questionados sobre o futuro, a maioria não sabia ainda o que fazer e demonstrava insatisfação por estar em sala de aula. Esses comportamentos e o relato dos jovens me intrigavam quanto à satisfação no trabalho

Trabalhei com jovens de ambos os sexos, com idade entre 14 e 18 anos, geralmente vindos de famílias com renda entre um salário mínimo e meio e três salários mínimos. Durante as aulas tive vários momentos de conversa com os alunos, os quais denunciavam seu desejo de trabalhar e ser “alguém” na vida. Para eles, isso significava provar que podiam contribuir nas despesas da família, ao serem questionados, eles diziam que era para todo mundo ver a capacidade profissional que tinham e o que queriam mesmo era trabalhar para consumo próprio.

Para Maia e Mancebo (2010), o sonho principal do jovem é a satisfação no campo profissional e o temor de não conseguir, não ser valorizado ou não ser reconhecido no meio laboral gera insegurança. É preciso reavaliar tal afirmação, visto que para os jovens aprendizes o trabalho é visto como um meio de sustento, uma forma de poder consumir e transmitir ao seu grupo social e familiar o significado que, “ser bom” é ser trabalhador (Amazarray, Thomé, Souza, Poletto & Koller, 2009, p.335).

Tais discussões e as histórias de vida desses jovens me estimularam a conhecer e entender a sua trajetória, mas principalmente saber o que acontece com eles ao término do Programa Jovem Aprendiz, assim como a efetividade do referido programa.

Isso porque, não há um acompanhamento por parte das instituições formadoras e do poder público após o término do programa, não há resposta quanto ao que acontece com o jovem egresso do Programa Jovem Aprendiz. Se o foco é a formação para o trabalho, o que vem depois? Para onde vão? Permanecem na mesma empresa depois de concluído o curso? Afinal, a quem atende esta formação? Ao jovem ou ao mercado de trabalho?

Atualmente, os jovens são encaminhados ao SENAC para cumprir um ano de contrato no Programa Jovem Aprendiz. Após esse ano, se forem remanejados dentro da empresa, podem continuar no programa por mais um ano, cumprindo a carga horária do curso que tem um total de 1000 horas-aula/ano entre teoria e prática, podendo concluir as áreas propostas no Programa Jovem Aprendiz, das quais supermercados, gestão e comércio, administrativo até completarem 24 anos.

Vale ressaltar que alguns jovens participam de todas as áreas do Programa Jovem Aprendiz concluindo até três programas de aprendizagem. Esse fato levanta os seguintes questionamentos: a quem interessa a permanência do jovem na empresa como aprendiz? E se a proposta é a formação para o trabalho, por que não são efetivados na empresa, já aos 16 anos?

Ante tais questões, a presente pesquisa visa a compreender a trajetória pessoal e profissional de jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz após o término do referido programa. Nesse sentido, trata-se da “trajetória subjetiva” com abordagem identitária individual, que traz o percurso do “mundo social”, este, narrado pelo próprio jovem que segundo Dubar (1998, p.12) “organiza o discurso biográfico e lhe confere um significado social” e que de acordo com essas categorias, pode-se alcançar clareza no relato do jovem e assim entender sua trajetória.

Trata-se, também, de uma forma de resumo da argumentação, extraído da análise do relato e da descoberta de um ou mais enredos, e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo está se definindo, a partir

de acontecimentos passados, aberto para um determinado campo de possíveis, mais ou menos desejáveis e mais ou menos acessíveis (Dubar, 1998, p.12).

Ao dividir as narrativas dos jovens por categorias, é possível compreender a sua trajetória de forma particular e única, mas pode-se observar em outros relatos a mesma lógica no que se refere à situação vivida. Apesar da singularidade de cada um, o resultado obtido através das falas, enriquece os dados de pesquisa e possibilita a confirmação do seu problema.

Em levantamento em base de dados (Alves & Dayrell, 2015; Amazarray, Thomé, Souza, Polleto & Koller, 2009; Borges & Coutinho, 2010; Frenzel & Badargi, 2014; Freitas & Oliveira, 2012; Frozzi & Badargi, 2013; Gonçalves, 2014; Macêdo & Alberto, 2012; Macêdo, Alberto & Araújo, 2012; Pessoa, Alberto, Máximo & Souza, 2014; Silva & Trindade, 2013; Sobrosa, Santos, Oliveira & Dias, 2014) encontrados em *sites* como Scielo e Redalyc, obtém-se um número de respostas em relação ao Programa Jovem Aprendiz, mas direcionados ao mercado de trabalho, ao aprendizado durante o programa, a percepção do jovem quanto à vida laboral, projetos de vida, mas não responde sobre sua trajetória após o término do Programa Jovem Aprendiz, lacuna à qual essa pesquisa se propõe a responder.

Nesse contexto, buscou-se respostas através de pesquisa e para tanto, essa dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo: Juventude e trabalho, Políticas Públicas, método e resultados e discussão. No capítulo um trataremos do tema *juventude* para que haja uma compreensão sobre o público que participa do Programa Jovem Aprendiz. Esse capítulo traz discussões sobre a transição do jovem para a vida adulta e a importância de não só analisar o jovem no sentido biológico ou psicológico, mas, principalmente, avaliar a cultura à qual está inserido.

Além dos temas aqui apresentados, o capítulo também traz reflexões sobre o papel social do trabalho, começando com as mudanças ocorridas entre os séculos XIX e XX até a atualidade (Amorim, Queiroz, Brasil, & Maia, 2014; Bronfenbrenner, 2011; Coutinho,

Santos, Folmer, & Puntel, 2013; Dos Santos, Marcelino, Martins, & de Lima, 2009; Macêdo, Alberto & Araujo, 2012; Machado, 2013; Maia & Mancebo, 2010; Silva & Lopes, 2009; Taborda, Silva, Ulbricht, & Neves, 2014).

O capítulo dois trata das políticas públicas sobre a juventude, assim como as várias ações em prol do jovem com ênfase nos mais diversos programas voltados à juventude, por exemplo, o Projovem, Programa Universidade para todos (Prouni), Programa Nacional ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) entre outros que constam no citado capítulo (Brasil, 2010).

Em seguida será discutido o Programa Jovem Aprendiz, tema central desta pesquisa a partir de busca nos *sites* Scielo e Redalyc, em artigos (Amazarray, Thomé, Souza, Poletto & Koller, 2009; Coelho & Aquino, 2009; De Mattos & Chaves, 2010; Frenzel & Bardagi, 2014; Gonçalves, 2014; Lachtim & Soares, 2011; Macêdo & Alberto, 2012; Macêdo, Alberto & Araujo, 2012; Matsuzaki, 2011; Nolasco & Sá, 2013; Oliveira, 2010; Pessoa, Alberto, Máximo & Souza, 2014; Sales & Oliveira, 2011; Sgarbi & Ferrante, 2010; Silveira Júnior, 2014; Silva & Trindade, 2013; Soares, 2009) que tratam do tema, entre 2009 e 2014, com as seguintes palavras-chave: Lei da Aprendizagem, Programa Jovem Aprendiz, onde foram encontrados 17 artigos, relevantes ao presente estudo, além de consultas no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) da Organização Internacional do trabalho (OIT), Cartilha de Políticas Públicas de Juventude e Cartilha do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 2010).

O capítulo três compreende no método utilizado para esta pesquisa, sendo de natureza descritivo exploratória. Além de discorrer sobre os participantes da pesquisa, o instrumento, procedimentos, tentativas de análise de dados, assim como, a análise utilizada.

No capítulo quatro veremos os resultados obtidos a partir das entrevistas e a discussão que será apresentada através de cinco categorias elaboradas a priori, sendo: expectativas em

relação ao Programa Jovem Aprendiz, contribuições do Programa Jovem Aprendiz para a inserção laboral, aprendizado na empresa e no Programa Jovem Aprendiz, expectativa quanto ao futuro e sentimento quanto ao Programa Jovem Aprendiz.

1. Juventude e trabalho

Observa-se na história sobre a juventude, entre os séculos XIX e XX, que a concepção sobre este público estava ligada com as fases da vida, sendo ainda considerada como fase peculiar e de dependência do adulto (Ariès, 1978).

Essa dependência, vista sob a ótica do jovem, passa a ser um fator desmotivador e sem perspectiva de futuro (Nolasco & Sá, 2013). Atualmente essa dependência ainda persiste, visto que a temática é objeto de discussão nas esferas públicas e nas diversas camadas da sociedade, embora apareça com um tom de preocupação quanto ao futuro laboral do jovem como cidadão de direitos.

Há o que pensar e questionar sobre o tema juventude, afinal o jovem já faz parte da sociedade e é um cidadão de direitos. Então por que não perguntar a esse jovem, o que almeja para seu futuro respeitando seu lugar de direito, incluindo-o nas discussões. Escutar o que o jovem tem a dizer é relevante para a sociedade geral, incluindo o próprio jovem. Para Nolasco e Sá (2013), deve-se levar em conta não só a diversidade de expressão na juventude, como também a cultura, crença e valores que naturalmente aparecem no comportamento. Levar em conta a trajetória de vida do jovem, talvez seja o primeiro passo para compreender a juventude.

É importante salientar que, pelo Estatuto da Juventude, jovem é aquele que está na faixa etária de 14 a 24 anos, diferentemente da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera juventude aquele que tem até 29 anos. Como o Programa Jovem Aprendiz trata a temática juventude até 24 anos, vamos utilizar o Estatuto da Juventude como base, apenas para fins de pesquisa.

O Brasil tem hoje cerca de 50,2 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, representando 26,4% da população, o que mostra um número significativo que merece

atenção, tanto no que se refere às políticas públicas em prol do jovem quanto possibilitar sua participação em tais discussões (IBGE/PNAD, 2007).

O número de jovens sem carteira assinada e sem garantias trabalhistas chama a atenção, e não deixa de ser um alerta, afinal, metade dos 54% que estão empregados trabalha sem os direitos garantidos, ou seja, do total de jovens, apenas 27% têm emprego com carteira assinada e, portanto, direitos trabalhistas e previdenciários assegurados (IPEA, 2009).

Segundo a ONU (2015), o crescimento da população jovem tem um significado social especial e único, não só no Brasil, como no mundo conhecido como “bônus demográfico”, o que significa um aumento na população jovem, sendo esta uma oportunidade de crescimento, desenvolvimento social e inclusão.

1.1 Juventude

É importante ressaltar a consciência sobre o tema juventude, que ecoa do romantismo ao rotineiro, após a guerra de 1914 (Ariès, 1978) ao que hoje passa a ser uma preocupação e está na agenda das discussões do século XXI aparecendo o tema juventude, com urgência na pauta das reuniões junto ao Estado e sociedade.

No Brasil, a temática da juventude teve seu início há, mais ou menos, três décadas levantando as várias possibilidades e também as dificuldades no que se refere ao presente estudo, “expandindo-se sobremaneira na primeira década do século XXI, quando o foco das atenções iluminou aspectos irregulares e fragmentados desse estrato da população” (Tiellet et al., 2013, P. 104).

No dia 12 de agosto de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) abriu mais um Ano Internacional da Juventude sob o tema “Diálogo e Entendimento Mútuo”. A ONU objetiva encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações, promover os ideais de paz e o

respeito pelos direitos humanos. Essas discussões abrem caminho para reavaliar a importância da presença do jovem e seu posicionamento junto à sociedade (Brasil, 2010).

Apesar das discussões em torno do tema juventude, aparecerem com frequência em várias escalas da sociedade, entende-se que somente no ano de 2013, com o Estatuto da Juventude, o jovem passa a ser um sujeito de direitos, lei que tramitou durante dez anos no Congresso Nacional, que foi aprovada em julho de 2013 e sancionada pela então Presidente Dilma Rousseff em agosto do citado ano. A Lei 12.852/2013 entrou em vigor a partir de 02 de Fevereiro de 2014, constando no art. 1º o Estatuto da Juventude a qual dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) (Brasil, 2013). Segundo esta lei federal, são considerados jovens aqueles cuja idade está entre 15 e 29 anos, a qual inclui o jovem como um sujeito autônomo, com direitos de participação individual ou coletiva nas decisões e discussões da temática juventude para o desenvolvimento do país (Brasil, 2013).

De acordo com o Estatuto da Juventude os jovens podem participar de todos os projetos relacionados à juventude, o que representa um avanço significativo para esta população. Para Maia e Mancebo (2010), a temática vem ganhando força tanto no Brasil como em outros países, o que mostra preocupação com a camada jovem da população jovem.

A pluralidade da temática não pode ser deixada de lado, pois segundo Nolasco e Sá (2013), as diferentes formas de os jovens expressarem suas expectativas em relação ao futuro e sua condição como um ser social é primordial para o entendimento e compreensão do tema juventude.

1.2. O papel social do trabalho para a juventude

A preocupação dos órgãos governamentais com relação a trabalho para a juventude se mostra a partir de 1940, a partir das demandas da indústria para atender ao empresariado,

neste período percebe-se, que a atenção não estava direcionada ao jovem e sim à necessidade do mercado de trabalho.

Mesmo com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e com a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), regulamentada pelo Decreto nº 5598/2005 (Brasil, 2005) que trata da profissionalização e a proteção no trabalho reafirmando a proibição do trabalho infantil aos menores de 14 anos de idade, há muito a ser feito em se tratando da juventude, pois ainda persistem questões como a informalidade no país (Brasil, 2010).

A entrada do jovem no mercado de trabalho ainda é precária envolvendo um número significativo de jovens desempregados e na informalidade, além da renda baixa e falta de atenção social (OIT, 2009). Essa população normalmente é a mais prejudicada em se tratando da retração de mercado e mesmo quando há melhora por parte da economia no país, os jovens não são beneficiados nos momentos de recuperação. Observe,

Uma grande parte dos que estão inseridos no mundo do trabalho não tem acesso a um trabalho decente, estando sujeitos a elevadas taxas de desemprego e informalidade. Esse quadro de exclusão econômica e social em que se encontra parcela relevante da juventude brasileira é um desafio que a sociedade brasileira precisa enfrentar (OIT, 2009, P.132).

Além disso, nessas últimas décadas, o que se vê é um número muito elevado de desemprego e trabalhos que não condizem com as necessidades do jovem trabalhador, sendo trabalhos precários, sem estabilidade e sem garantia. De acordo com Coelho e Aquino (2009), há um crescimento da população jovem, o que é significativo em relação a outras faixas etárias, e a partir desta constatação vê-se que o jovem não é facilmente absorvido pelo mercado de trabalho.

O mercado laboral para o jovem ainda é motivo de discussões, pois o que se apresenta para ele, são postos de trabalhos informais sem quaisquer garantias, ou Programas de Aprendizagem que, apesar de ser o primeiro passo para entrar no mercado de trabalho, não garantem a contratação. O mercado laboral tem sofrido inúmeras mutações, que levantam

acaloradas discussões sobre o que é preciso para entrar num mundo tão competitivo quanto o trabalho (Maia & Mancebo, 2010).

Mesmo com a existência de leis como a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), regulamentada pelo Decreto nº 5598/2005 (Brasil, 2005), que asseguram os direitos dos jovens, a realidade retratada, a partir dos números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), está aquém da realidade, pois em 2012, 20% dos jovens entre 14 e 24 anos não estudavam nem trabalhavam, a chamada geração “nem nem” nem trabalham, nem estudam (IBGE, 2013).

No que diz respeito ao mercado de trabalho para o jovem, ainda há muito que discutir e, principalmente, há que se elaborar soluções práticas para atender as necessidades desta camada da população, pois embora existam projetos para obrigar o empregador a contratar o jovem como aprendiz, como por exemplo a lei da aprendizagem, ainda não correspondem à demanda de jovens que não conseguem um emprego. Segundo Machado (2013) “essa política de formação profissional da aprendizagem do jovem se revelou ineficaz e questionável” (p. 144). O autor destaca que em 1940 as políticas públicas direcionadas aos jovens, atendiam à demanda tanto da indústria quanto do comércio, mas que não havia um controle da formação profissional dos jovens e nem da eficácia desses programas de aprendizagem.

Atualmente o programa de aprendizagem continua sem o controle e acompanhamento necessários para a formação profissional. Observa-se insegurança implícita, busca pela informalidade, terceirização de mão de obra por um tempo pré-determinado e trabalho temporário, como uma forma de suprir a necessidade laboral, denunciando o quão difícil está o mercado de trabalho para os jovens. De acordo com a OIT (2009),

Vale registrar que, embora muitos jovens entrem no mercado de trabalho por necessidade ou por precariedade econômica e social de suas famílias, há, também, aqueles que, por desejo de autonomia, independência financeira, crescimento pessoal ou outras razões de cunho subjetivo, entram no mundo do trabalho de forma voluntária (OIT, 2009).

Segundo Venturini e Piccinini (2014), entrar no mercado trabalho para os jovens tem muito significado, pois representa a conquista da independência financeira. Entretanto para uma parcela da população jovem, normalmente a classe média, concluir os estudos aparece em primeiro lugar. São relatos de jovens que almejam concluir o ensino médio ou até mesmo entrar na faculdade antes de pensar no mercado de trabalho.

De acordo com Amazarray et al. (2009) o trabalho para o jovem é ocupação, fazer alguma coisa para ter independência e autonomia ou mesmo ajudar no sustento da família. Para as autoras, é necessário maior empenho em políticas públicas voltadas à juventude. Afinal, a naturalização do trabalho para o jovem vem sendo abordada de forma a não reconhecer as suas necessidades, “essa visão desconsidera as implicações do trabalho na saúde, na constituição da identidade e na vida acadêmica dos jovens” (P.329).

Apesar dos avanços em políticas públicas para a juventude, como a criação da lei da aprendizagem de 2000, o Estatuto da Juventude em 2013, o desemprego e a precariedade no trabalho ainda é um desafio.

Analisar qual o impacto que o trabalho tem na vida do jovem exige reflexões acerca dos motivos que o levam muitas vezes a abandonar os estudos para trabalhar. Nesse sentido, Noronha e Mansão (2012) realizaram um estudo no qual relatam que ao ocupar um lugar no mercado de trabalho o jovem se depara com uma realidade com a qual não estava preparado, onde o lugar que ocupa provavelmente não era o esperado ou mesmo imaginado, levando-o a desistir ou protelar os estudos para poder trabalhar.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, o jovem sente o impacto das diferenças existentes no mundo laboral, visto que a remuneração é baixa e a taxa de desemprego para a juventude denuncia a vulnerabilidade social na qual ainda se encontra (Coelho & Aquino, 2009; Lachtim & Soares, 2011). Ainda para os autores é perceptível a diferença do salário

entre jovens e adultos, além do que, os jovens oriundos de famílias que possuem renda *per capita* de no máximo meio salário mínimo, são os mais excluídos.

De um lado o jovem busca o primeiro emprego e vem com nenhuma ou pouca experiência; do outro, as empresas buscam profissionais com experiência comprovada, com carteira de trabalho, ficando o jovem à mercê da demanda do mercado laboral, muitas vezes sujeitando-se em aceitar o que lhe é oferecido como salário, esse não compatível com suas atividades, carga horária estendida e trabalho precário. Para Coelho e Aquino (2009), a juventude é a mais vulnerável em se tratando da precariedade do mercado de trabalho. Os autores chamam a atenção sobre questões ligadas à inexperiência do jovem que são exaustivamente apontadas no mundo laboral.

Segundo Gondim et al. (2014), os jovens demonstram alto grau de ansiedade quando concluem sua formação escolar, nas narrativas dos jovens, aparece insegurança quanto ao trabalho no que diz respeito ao saber/fazer, à projeção na carreira, a preconceitos, à motivação e à busca do conhecimento.

De acordo com Maia e Mancebo (2010), os jovens trazem em seus relatos o quanto é importante não só saber fazer, mas saber se portar e relacionar-se com pessoas. Ainda para as autoras, ao serem inquiridos sobre projetos futuros, os jovens denunciam a necessidade de realização profissional, mas também aparecem medo e insegurança sobre questões ligadas à estagnação no trabalho.

As ideias que vêm das necessidades de consumo, autonomia, valorização e liberdade também aparecem nas diferenças entre jovens que buscam oportunidades de carreira, crescimento profissional e aqueles que precisam trabalhar apenas por necessidade. Podem ser observadas duas vertentes, o jovem que busca uma oportunidade para ser independente e ajudar nas despesas e os jovens que sonham e buscam nos estudos crescimento e desenvolvimento profissional.

Para De Mattos e Chaves (2010), o trabalho tem um significado diferente para os jovens, afinal, é uma fase de desenvolvimento peculiar, normalmente não há uma profissão escolhida. Além disso, muitos jovens precisam ajudar no sustento da família o que torna ainda mais desconfortável quanto à entrada no mercado de trabalho.

É notável que nos estudos feitos até o presente momento, constam que os jovens anseiam trabalhar, ajudar no sustento da família ou adquirir independência financeira, mas que estas falas aparecem nos jovens que fazem parte da classe trabalhadora, o que reforça a análise de Rocha et al. (2012), que destacam: por um lado, vemos os jovens que anseiam trabalhar para auxiliar a família, por outro, os jovens de classe econômica abastada, que almejam manter o tempo livre e apresentam inquietação durante sua permanência no trabalho. Ainda neste estudo é feita a observação, que a referida inquietação desses jovens de classe econômica favorecida, vem da cultura que para ser aceito na sociedade no século XX era preciso “ter uma carreira, uma identidade social adulta relacionada com a função econômica ou laboral específica” (p.554).

É interessante perceber o quanto o trabalho é importante para o jovem da classe trabalhadora, mas no sentido de ter um lugar para trabalhar, poder fazer alguma coisa para ajudar no sustento da família e os diversos significados que o jovem atribui ao trabalho como consumo, papel social, valorização.

Para Borges e Coutinho (2010), na perspectiva entre objetividade e subjetividade do trabalho, é preciso compreender as diversas facetas entre significados de um mundo capitalista e como o jovem se vê frente a este mundo, além do papel social que a vida laboral proporciona ao jovem. Já para Frenzel e Bardagi (2014), é preciso olhar o trabalho, como um fator motivacional para os jovens e não apenas como algo ruim. Segundo as autoras, “ao invés de ser único e duramente combatido, o trabalho para os jovens pode ser incentivado” (p. 86).

Entrar no mercado de trabalho é uma decisão importante para o jovem e também uma preocupação, dependendo da situação familiar, visto que está ligado ao que imaginam para o futuro, sendo assim, é necessário questionar o trabalho para o jovem (Sobrosa et al., 2014; Silva & Trindade, 2013). Nesse sentido, levantar essas informações a partir do relato dos jovens, parece ser um começo para buscar alternativas que atendam às necessidades do público jovem.

1.3 Projeto de vida e trabalho

A palavra projeto passa a ter relevância, durante o percurso do século XX, dando importância a que se refere ao ser humano. De acordo com Almeida e Magalhães (2011) nem sempre foi assim, a ideia de projeto vem do século XV em que o projeto era utilizado apenas para fins de arquitetura, como projetar para frente alguma construção.

Entretanto, o projeto de vida como conhecemos hoje, não depende apenas do sujeito, e sim de uma sociedade, que, independentemente de sua vontade, terá influência nos seus planos, o que sugere que o sujeito não é totalmente livre para tomar suas decisões (Almeida & Magalhães, 2011).

Observa-se que para o jovem, projeto de vida é algo que se almeja como uma necessidade de planejar e principalmente concretizar algo em relação à própria existência, e não, cumprir uma regra ou padrão preestabelecida pela sociedade. Para Meyer e Félix (2014), dessa forma, pode-se pensar que na cultura ocidental é quase que obrigatório ter um projeto de vida. A partir dessa constatação, os projetos de vida não são uma consequência natural do ser humano, mas é decorrente da experiência sociocultural e da necessidade da sociedade (Maia & Mancebo, 2010).

Embora o projeto de vida para o jovem, apareça como experiência sociocultural com preocupação de ser incluído no mercado de trabalho, ter independência financeira e ajudar no

sustento da família, os jovens também mostram vontade de dar continuidade aos estudos, o que, de alguma forma, não deixa de ser um projeto pessoal. Para Lachtim e Soares (2011), apesar das diferenças existentes nas classes sociais, nos quais se observa que os jovens de famílias menos favorecidas, pensam em ajudar no sustento da família e ter independência, e jovens da classe média também pensam na independência financeira, em ambos os casos, a continuidade nos estudos e autonomia financeira prevalecem como projeto de vida.

De acordo com Maia e Mancebo (2010), o jovem busca no trabalho a satisfação a valorização e o reconhecimento, o que para as autoras, segue na direção contrária de todo o movimento que se tem sobre juventude. Constata-se também que, apesar do medo em relação a várias categorias no que concerne ao mercado de trabalho, o que se percebe nas classes menos favorecidas é à vontade, ainda que tímida, de conquistar um futuro melhor (Lachtim & Soares, 2011; Meyer & Félix, 2014).

Em relação à escolha profissional, os jovens relataram ter projetos de vida, “mas ainda não muito estruturados, sendo que alguns estavam relacionados com a escolarização” (Venturini & Piccinini, 2014, p.176). Esses Projetos direcionam a atitudes que devem ser tomadas num espaço de tempo muito pequeno, em que surge a necessidade de buscar alternativas em curto prazo, para dar conta de um futuro tão próximo, deixando de ser “uma trajetória, mas como um mosaico de possibilidades” (Mancebo & Maia, 2010, p.387).

Pode-se dizer que o projeto de vida se constrói ao longo de um processo do qual se faz necessário vivenciar, construir e se desenvolver para ingressar numa nova etapa da vida (Marcelino et al., 2009). Para as autoras a escola tem um peso na escolha e na construção dos projetos de vida, principalmente para o jovem no ensino médio, cuja cobrança sobre a escolha do futuro profissional é intensificada. É preciso analisar o projeto de vida como uma escolha do jovem, que tem direito de exercer a cidadania, “o sujeito de sua história, individual/social, uma criação analítica, crítica e articulada” (p.547).

Ao trazer à luz reflexões e discussões sobre projeto de vida levantam-se questões relacionadas à insegurança quanto ao futuro. Segundo Venturini e Piccinini (2014), os jovens trazem em seus relatos vários aspectos que se relacionam com a construção de um futuro, como também possibilidades de algo concreto para a realização desses projetos. De acordo com esses estudos os jovens demonstram interesse em permanecer na escola e terminar o ensino médio, mas, apesar disso, ainda denunciam insegurança quanto ao futuro profissional.

Os jovens da classe média trazem em sua fala o desejo de permanecer nos estudos e continuar a busca pelo conhecimento, para então entrar na profissão de sua escolha, diferentemente dos jovens da classe econômica desfavorecida, os quais demonstram pouca informação a respeito e não sabem dizer concretamente o que desejam como profissão para o futuro. No que tange à motivação dos jovens em relação aos seus projetos para o futuro, Venturini e Piccinini (2014) destacam que a escola ainda é o melhor caminho para o projeto de vida e talvez o único caminho para a sua realização pessoal.

Na percepção do jovem de baixa renda, lidar com a impossibilidade de conseguir recursos materiais ou mesmo satisfazer desejos gera angústia e até certa pressão demonstrando sua vulnerabilidade e incerteza (Silva et al., 2014).

De acordo com Gomes e Conceição (2014), os jovens que verbalizam a necessidade e o desejo de ter um projeto de vida são os que mantêm uma ligação com a escola, vale ressaltar a importância do papel da família nas escolhas do jovem, principalmente a da classe média que busca na escola a preparação necessária para garantir a seus filhos a entrada na faculdade e sua colocação no mundo laboral (Almeida & Magalhães, 2011).

De acordo com Mancebo e Maia (2010), notam-se nos discursos dos jovens, diversos pensamentos em relação a projeto de vida, para as autoras é “como um mosaico ao qual cada experiência, é como uma peça” (p.384). O projeto de vida dos jovens muda, de acordo com o momento, com suas experiências e com as possibilidades que lhe são apresentadas.

Em se tratando de projeto de vida, pode-se dizer que há muito a discutir, pois não se trata apenas da vida escolar ou profissional do jovem, e sim da necessidade de levantar algumas questões como a efetividade desses projetos, as relações sociais em que o jovem faz parte e o desejo inerente a cada um desses jovens (Alves & Dayrell, 2015). Pode-se concluir que os jovens relacionam o trabalho com os projetos de vida e suas expectativas quanto ao futuro.

2. Políticas públicas para a juventude e trabalho

Ainda há muito a ser feito em relação às políticas públicas para jovens no Brasil. Existem leis já sancionadas a respeito da temática no mundo todo com foco na juventude. O tema está na discussão das agendas governamentais e não governamentais.

Ao longo do século XX, presenciou-se no Brasil a ampliação das perspectivas de análise a respeito da infância, adolescência e juventude. Observa-se nos estudos sobre políticas públicas voltadas à juventude a preocupação em tirar o jovem das ruas, “preocupação definida a partir da filosofia de diminuição da criminalidade e da pobreza, sendo concebidas como um antídoto à marginalidade iminente” (Macêdo & Albert, 2012, p.23) e ao mesmo tempo, buscar alternativas para a vida econômica das famílias.

Nesse sentido, é importante analisar as preocupações do próprio jovem. Embora existam vários projetos voltados à temática juventude, percebe-se que o jovem ainda é colocado de lado nas discussões, o que levanta questionamentos quanto aos discursos que o colocam como cidadão de direitos, participante ativo nas discussões no que se refere às políticas públicas a seu favor.

2.1. Políticas públicas para a Juventude

Nas décadas entre 1960 e 1980, não havia preocupação quanto aos direitos dos jovens no Brasil, apesar das discussões já existentes num âmbito mundial com relação a esta população. Em 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou o Ano Internacional da Juventude que acelerou as discussões em relação à juventude e trabalho em todo o território nacional (Barreiro & Malfitano, 2014).

Os estudos sobre a política em prol do jovem deixam claro que este é um sujeito de direitos e que necessita de um olhar cuidadoso daqueles que discutem a temática, preocupação esta, que vem desde a constituição de 1988 com a convenção sobre os direitos

das crianças e adolescentes e firma-se com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (Silva & Lopes, 2009).

Com a criação do ECA o foco das políticas públicas, voltou-se no primeiro momento, para o público infantil, com ênfase na adolescência e estimulou discussões acerca de outros grupos sociais, nesse caso a juventude (Barreiro & Malfitano, 2014).

Cria-se, então, a Comissão Especial de Políticas para a Juventude (Cejuvente), para discutir programas voltados ao tema, este atendendo ao pedido da Presidência da República em 2003, o qual resultou na Primeira Conferência de Juventude na Câmara dos Deputados em 2004 (Barreiro & Malfitano, 2014). Outras medidas foram adotadas a favor da juventude sendo:

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais (SNJ, 2014).

A temática sobre juventude também é levantada pelo Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e pela Política Nacional de Juventude (PNJ) do Governo Federal (Brasil, 2010). O Brasil não participava das discussões sobre a temática Juventude em tratados internacionais, a exemplo da 1º Convenção Ibero- americana de 2005, onde aconteceu o primeiro tratado voltado à Juventude (Machado, 2013).

De acordo com Horta e Sena (2010), a PNJ mostra o quanto é importante discutir e traçar métodos estratégicos para atender as expectativas e necessidades do jovem, bem como, assegurar que seus direitos sejam garantidos e respeitados.

Obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas.” (Silva & Silva, 2011, p.670)

As discussões sobre o tema juventude continuaram em 2009, quando se traçou o Plano Ibero-americano de Cooperação e Integração da Juventude cuja ideia era unir ações com o Estado, Governo e sociedade civil, com objetivo de potencializar medidas em políticas públicas para a Juventude (Machado, 2013).

O tema juventude tem-se apresentado como uma questão emergente no século XXI e o Brasil deixa de ser apenas um observador nas discussões internacionais e começa a participar ativamente junto com outros Países da América Latina. “Em 12 de agosto de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) abre mais um Ano Internacional da Juventude” (Da Silva e da Silva, 2011, p.663).

O intuito da ONU é promover o diálogo e a participação efetiva dos jovens, visto que estes são os principais interessados no tema. Essas discussões abrem não só oportunidades para falar sobre juventude, mas estimula a mudança através de uma linha direta entre a sociedade, Estado e jovem (Da Silva & da Silva, 2011).

Segundo o IBGE (2013), o Brasil tinha uma população jovem de 34.236.060 habitantes, o que representava 18% da população do país com idade entre 14 e 24 anos, número significativo e que levanta questões, sobre o preparo do país para incentivar os jovens com programas voltados a eles (OIT, 2013).

A partir desses dados, percebe-se que o Brasil tem um número relativamente alto de jovens, o que justifica a necessidade do empenho em políticas públicas cada vez mais direcionadas à juventude, para buscar alternativas e respostas para o público jovem, (Garcia & Malfitano, 2014).

Nas duas últimas gestões da presidente Dilma Rousseff, o governo Brasileiro mostra os esforços em prol da juventude para a garantia de que os seus direitos sejam respeitados (Brasil, 2010). Nesse sentido parece que os resultados desses esforços não condizem com a realidade dos jovens, pois, das 135 ações vigentes, apenas 19 são voltados para a juventude.

De acordo com Silva e Andrade (2009), com estes números como referência, observa-se o quão superficial são as políticas públicas federais voltadas à juventude. Isso levanta não só perguntas sobre a efetividade destas ações, mas também a necessidade latente de rever e criar programas que tragam respostas para atender ao público jovem (Silva & Andrade, 2009).

É importante salientar o número de programas voltados à população jovem, mas normalmente para a classe social trabalhadora ou para aqueles com situação de vulnerabilidade social. Entre os programas estão o Plano Juventude Vivo, que favorece jovens negros em situação de vulnerabilidade, para prevenção de violência física a jovens de 15 a 29 anos; Estação Juventude que promove diversos serviços para trabalhar a inclusão e emancipação dos jovens; o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), criado para que instituições públicas universitárias ofereçam vagas a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Além dos programas mencionados até aqui, cabe relacionar programas atualizados para a Juventude, entre 2009 e 2013/2014, a saber: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) criado em 2011, Lei 11.513/2011, para ampliar a educação profissional em todo o território nacional, além de possibilitar a melhoria da oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos no País e melhorar o ensino de forma a beneficiar os trabalhadores com capacitação e formação inicial e continuada (Brasil, 2012).

Os cursos Pronatec são financiados pelo Governo Federal e ofertados por várias instituições gratuitamente, sendo: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, escolas estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica, assim como todo o sistema S (SENAI, SENAT, SENAC e SENAR) e, a partir de 2013, instituições privadas entraram nessa lista de instituições que ofertam o Pronatec (Brasil, 2012).

Em se tratando do Pronatec, a Presidente da República Dilma Rousseff, sancionou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual prevê uma cota ao ensino nas Universidades para os estudantes das escolas públicas, possibilitando sua entrada no ensino superior:

Art. 1º As instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2012).

Outros programas ofertados pelo Governo Federal, com responsabilidade do MEC, são o Inglês sem Fronteiras (IsF) Decreto Lei nº 7.642 de 2012, que atende a estudantes de graduação e pós-graduação de Universidades públicas e privadas e Cotas no Ensino Superior que tem como objetivo corrigir injustiças históricas, decreto Lei nº 12.711 de 2012, para estudantes negros, pardos e indígenas. Cabe salientar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Juventude nº 42/2008, pela Comissão de Constituição e Justiça e o Plenário da Câmara dos Deputados, que em “junho de 2010 é também aprovada pelo Senado, a qual inclui a Juventude no que diz respeito às garantias a Direitos Fundamentais da Constituição Federal” (Machado, 2011, p.49).

As discussões não param por aí, pois se verifica que em 2011, no governo da Presidente Dilma Rousseff, em evento oficial, realizou-se a 2ª Conferência Nacional de Juventude com o tema “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil!” (Garcia & Malfitano, 2014). Nessa conferência foram debatidos vários temas sobre a juventude e suas necessidades, como o passe livre, cotas para afrodescendentes, sendo todos os debates direcionados para esta população (Brasil, 2013).

O resultado das conferências é a institucionalização dos órgãos nacionais, preocupados com a juventude e focam na realidade das políticas para o jovem, colocando o tema como prioridade na agenda pública.

Em 05 de agosto de 2013, a Presidente Dilma Rousseff sanciona o Estatuto da Juventude Lei nº12852/2013, na qual no art. 1º consta que essa lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Na ocasião, a presidenta Dilma Rousseff garantiu que a Lei (12.852/2013) possibilitaria ao jovem exercer seus direitos de cidadão (Brasil, 2013).

A preocupação com o jovem demonstrada na agenda governamental é recente e ainda há muito a ser feito. Apesar de existirem vários projetos direcionados à juventude no Brasil há o que se perguntar sobre o real ganho para a população em questão, ou seja, para o próprio jovem (Silva & Lopes, 2009).

Um dos projetos que está nas agendas governamentais é a preparação do jovem para o mercado laboral. Segundo González (2009), o que enuncia sobre políticas públicas para o jovem no Brasil são sua formação e qualificação. Preparar o jovem para o mercado de trabalho e incentivá-lo a continuar seus estudos é um desafio para as políticas públicas.

2.2. O Programa Jovem Aprendiz

Com a necessidade de atender à demanda de mão de obra qualificada para a indústria é criada então a educação profissional no Brasil a qual se iniciou em 1909 sob o Decreto Lei nº 7566, considerada uma ferramenta de capacitação, com o objetivo de atender a uma demanda da indústria e com fins de assistencialismo ao trabalhador (Brasil, 2014).

É interessante ressaltar que a preocupação com a mão de obra qualificada já aparece como ênfase no mercado laboral, pois a partir desse decreto, 19 Escolas de Aprendizizes Artífices foram criadas. Essas escolas tinham a incumbência de formar operários, ensinando a prática para menores que quisessem aprender um ofício. Ao que parece o objetivo é sempre o mercado laboral com atenção especial em capacitar o jovem

especificamente para o mercado de trabalho. Pouco se percebe nos programas de aprendizagem questões ligadas ao futuro dos jovens ou preocupação quanto as suas expectativas.

No ano de 1910, as Escolas de Aprendizizes Artífices começaram a oferecer cursos específicos como, tornearia, mecânica e eletricidade. Entretanto, essas escolas passaram por dificuldades no que se refere ao corpo docente. Havia poucos mestres e professores com conhecimento suficiente para atender à demanda de alunos. Mas apesar das dificuldades, foi o primeiro formato de capacitação importante e que se firmou, ao longo do tempo, constituindo a Rede de Escolas Técnicas do País (Sales & Oliveira, 2011).

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, estruturou-se a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizizes Artífices. Até então, essas escolas eram ligadas ao Ministério da Agricultura. A partir dessa reorganização, iniciou-se um “período de grande expansão, [...] marcado por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes” (MEC, 2009, p. 4).

A história da aprendizagem no Brasil nos mostra seu início por volta de 1930 com a chegada da indústria no país e, a partir daí, houve uma crescente preocupação com mão de obra qualificada, indicando que, até então, o jovem nem sequer aparecia como preocupação emergente. Nesse mesmo ano, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública (MEC, 2009, p. 4), assim,

A Constituição de 1937 mencionou as escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos: criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos dos operários ou de associados. Para dar execução a esse dever, era necessário fundar institutos de ensino profissional, subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Com a estruturação da indústria e crescente necessidade de mão de obra qualificada, a década de 1940 marca o começo do então Sistema S, ofertando serviços aos

diversos segmentos profissionais. Em 1942, nasce à primeira instituição com foco na indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). No ano de 1946, criam-se mais três instituições, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI) (Brasil, 1946).

Mais tarde, já em 1972, vem o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), e em 1990, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional do Transporte (SENAT) e o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) (SENAC, 2014).

Nesse sentido, entende-se que o sistema S, busca a articulação entre o ensino médio e a formação para o trabalho, mas no sentido de atender à crescente demanda do mercado laboral, o que para Frigotto (2007) é preciso atentar-se ao conceito de formação profissional, unicamente para atender a necessidade do mercado, sem a atenção às reais condições da educação básica.

Há aqui pelo menos dois obstáculos a serem enfrentados pela sociedade e governo. Primeiramente, modificar as diretrizes promulgadas pelo Conselho Federal de Educação que induzem a compreensão do ensino médio a simples arranjos do Decreto n. 2.208/97, na perspectiva de articular e não do integrar e, em última instância, ao retorno do profissionalizante da reforma n. 5.692/71, um adestramento rápido com vistas ao mercado de trabalho (Frigotto, 2007, p.1145).

Com a criação do ECA em 1990, o crescente número de jovens e a necessidade das empresas quanto à mão de obra, cria-se, no ano de 2000, o Programa Jovem Aprendiz, amparado pela Lei Nº 10.097 e ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005 (Brasil 2005). Essa lei tem como prioridade a formação profissional do jovem propiciando conhecimento teórico em instituições formadoras e aprendizagem prática nas empresas contratantes (Ministério do Trabalho e Emprego, 2009),

Entende-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho (Art.6 BRASIL, 2005).

Destaca-se que a lei tem como prioridade a formação profissional do jovem, atendendo à demanda do mercado laboral, mas nada consta sobre a trajetória do jovem ou qualquer preocupação a esse respeito, mesmo porque o Programa Jovem Aprendiz é destinado a jovens com idade entre 14 e 24 anos, com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho, possibilitando seu desenvolvimento intelectual e estimulando o jovem a refletir sobre sua condição como sujeito social e cidadão de direitos (MTE, 2009).

2.3. Lei da Aprendizagem

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei nº 8069 (1990) consta que o jovem tem o direito à profissionalização e que deve ser respeitado como uma pessoa em desenvolvimento peculiar, assegurando direitos trabalhistas, assim como previdenciários. Também exalta a preocupação com a escola, na qual o jovem deve permanecer sem que as atividades do trabalho prejudiquem seu desempenho escolar. (Silva, & Trindade, 2013; Gonçalves, 2014).

Nesse contexto, vemos que a discussão está em volta do cumprimento da lei, mas não há preocupação quanto à realidade vivenciada pelos jovens no mercado laboral. O art. 60 do ECA, sobre os direitos à profissionalização e à proteção do trabalho, dispõe da seguinte normativa, que é proibido trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz e no art. 63 consta que a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

Quanto à aprendizagem o ECA art. 62, destaca que:

A aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao jovem, segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem (ECA, art.62).

O contrato de aprendizagem garante ao jovem aprendiz o direito de permanecer na empresa por um tempo determinado de um ano, podendo permanecer no Programa Jovem Aprendiz até completar 24 anos, desde que cumpra sua jornada de trabalho na empresa e permaneça na escola. Ressalta-se que com a idade máxima para permanência no PJA, o jovem provavelmente estaria cursando ou encerrando uma faculdade, portanto, há o que pensar e questionar de que forma a lei é implementada.

A lei também está presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual, no art. 429, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários e que essas empresas devem ter o cuidado de dar ênfase na formação e capacitação profissional. Já para as pequenas empresas, a lei é facultativa (Amazarray et al.,2009; Gonçalves, 2014; Matsuzaki, 2011).

Apesar da existência da lei, ainda, há empresas que insistem em burlá-la no cumprimento das cotas estabelecidas pela Lei do Aprendiz nº 10.097/2000. Assim, os órgãos responsáveis e o governo buscam alternativas para que se faça cumprir a legislação, pois um número equivalente a mais ou menos um milhão de jovens participaria hoje se todas as empresas aderissem ao Programa Jovem Aprendiz. (Rizzo & Chamon, 2010; Gonçalves, 2014).

Dados do Ministério do trabalho e emprego mostram que de janeiro de 2010 a março de 2012 houve 717.985 contratações de jovens, mas em relação ao número de empresas no Brasil, ainda é um número baixo, podendo subir para 41% a mais para essa faixa etária (Brasil, 2013). No ano de 2014 foram contratados 402.683 aprendizes como somatória de

todos os estados brasileiros, os quais representam ainda 32,53% do potencial referente aos 5% de cota mínima exigida pela CLT.

Observa-se que os estados que aparecem como líderes na contratação de jovens aprendizes, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são o Rio Grande do Sul com 49,19%, Ceará com 49,13%, Espírito Santo com 45,71%, Amapá com 44,32% e Acre com 44,03%. Em contrapartida, em alguns estados, como o Piauí que aparece com 15,16%, Maranhão com 18,06%, Mato Grosso do Sul com 20,88% e o Pará com 21,69% os quais estão aquém da média nacional, os desafios de 2012/2015 continuam para o Governo Federal e exigem cuidados para cumprir a meta de aprendizes em todo o país. (Brasil 2014).

No art.69 do ECA (2010) consta que o adolescente tem direito a profissionalização e à proteção no trabalho, e que deve ser observado:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Essa formação é de responsabilidade tanto das empresas contratantes quanto das instituições formadoras, as quais devem ser legalmente inscritas junto aos conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente (Sousa et al., 2013). Paralelamente ao trabalho, o jovem deve ser matriculado em um dos Serviços Nacionais de Aprendizagem a fim de obter formação teórica aliada à prática. Essas instituições são:

a)- O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

b)- O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);

c)- O Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);

d)- O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);

e)- Escolas Técnicas de Educação e as Organizações não governamentais (ONGs) ou entidades sem fins lucrativos.

Caso o jovem opte em não continuar no Programa Jovem Aprendiz, é possível encerrar o contrato de Aprendizagem assim como antecipar o término do contrato por: desempenho insuficiente, inadaptação do aprendiz ou falta disciplinar grave (previstas no art. 482 da CLT), ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo, caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino. Ao ingressar no Programa Jovem Aprendiz, o jovem recebe várias informações por parte da instituição formadora, quanto à Lei da Aprendizagem, assim como seus direitos e deveres como aprendiz.

A ênfase nos programas de aprendizagem está na formação do jovem. Portanto o foco das atividades deve ser diferente, pois não está na produção do seu trabalho e sim no preparo do jovem, a formação deve assegurar um lugar no mercado laboral com segurança e capacidade necessárias para desenvolver suas habilidades profissionais (Gonçalves, 2014). O conteúdo programático do curso deve ser preparado, com disciplinas próprias das áreas as quais o jovem é matriculado, vinculando-as com a prática nas empresas contratantes (Macêdo et al., 2012; Souza et al., 2013).

Nesse sentido, o jovem é preparado para trabalhar na área à qual é incluído pelo programa de aprendizagem: gestão e comércio, supermercado ou administrativo. Portanto, há que preocupar quanto à sua trajetória após o término do PJA, visto que o jovem encontrará um mercado laboral, amplo e competitivo depois de concluído o programa de aprendizagem.

Essa aprendizagem é vista como a base da profissionalização a partir do trabalho, com o cumprimento da legislação que deve garantir os direitos do jovem como um sujeito em desenvolvimento peculiar. Para Gonçalves (2014), aprendizagem é uma forma de reter o aluno no ambiente de ensino por mais tempo, além de possibilitar a entrada no mercado de trabalho com capacitação e formação necessárias para a vida profissional.

Apesar de a literatura mostrar o quanto o PJA é importante para a entrada do jovem no mercado de trabalho, é instigante analisar a que se referem os autores, quanto à vida

profissional. O programa de aprendizagem deixa claro que é uma formação para as atividades desenvolvidas durante o contrato de aprendizagem.

Tratando-se da finalidade do Programa Jovem Aprendiz, que é a formação para o trabalho, observa-se que a capacitação propicia ao jovem uma oportunidade que possivelmente não teria tão cedo por ser menor de idade (Alberto et al., 2014). Ainda para os autores, o que chama a atenção dos jovens quanto ao programa de aprendizagem é a possibilidade de se iniciarem no mercado laboral.

Apesar de constar no manual de aprendizagem que o objetivo é a formação para o trabalho, é necessário levantar questões referentes à continuidade na empresa contratante, bem como o papel do Estado na busca de alternativas para o futuro destes jovens. Afinal, não há nenhuma garantia quanto à permanência na empresa e ao futuro laboral dos jovens que participam do programa de aprendizagem.

Para Frenzel e Bardagi (2014) e Silva e Trindade (2013), mesmo sem a garantia de permanecer na empresa, os jovens relataram que fazer parte de um grupo social dentro da empresa é interessante, pois percebem o mundo de forma diferente do anterior vivido por eles.

De acordo com Amazarray et al. (2009), o trabalho é percebido pelos jovens como algo positivo, não se pode deixar de analisar as condições das atividades laborais, pois as mesmas podem interferir, ou prejudicar o desenvolvimento do jovem.

É preciso não só analisar a função a qual o jovem aprendiz está desempenhando, mas também se as tarefas trazem o conhecimento necessário para a formação do jovem como cidadão crítico, afinal é esse o intuito do programa. Portanto, se essa formação é para desempenhar as atividades propostas pela empresa contratante, então, possivelmente não está formando e sim orientando o jovem em como comportar-se e como atender às necessidades da empresa.

De acordo com Frenzel e Bardagi (2013), a partir dos conhecimentos adquiridos tanto na empresa quanto nas instituições de capacitação profissional, é possível ao jovem, perceber o tipo de trabalho a qual se adapta e visualizar as reais possibilidades para um futuro laboral que possa atender às suas expectativas.

É preciso analisar a realidade do jovem, como é possível visualizar o futuro laboral, estando dentro de uma empresa, num único segmento e desempenhando atividades repetitivas durante um ano, tempo em que o jovem permanece tanto no programa de aprendizagem quanto na empresa. Além disso, o conteúdo proposto é de acordo com esse segmento, conforme visto anteriormente.

Nesse contexto, observam-se, em outras pesquisas acadêmicas, questões sobre as expectativas do jovem, crescimento profissional, aquisição de habilidades sociais, conhecimento e independência, o que para os autores, possibilitam aos jovens vislumbrar um futuro promissor na empresa em que trabalham (Freitas & Oliveira, 2012; Silva & Trindade, 2010). Também aparece, nos relatos dos jovens, o estímulo em continuar com seus estudos e ter formação dentro das atividades que desempenham demonstrados durante a permanência no trabalho e na motivação em tarefas executadas (Macêdo et al., 2012; Frenzel & Bardagi, 2013; Silva & Trindade, 2013).

Toda a discussão em relação ao jovem, como um sujeito social, e a preocupação em torno da temática ainda denunciam a disciplina que é exigida do jovem num contexto social e, ao que parece, o colocam numa situação de acomodação, o que é percebido em análise na literatura existente sobre o assunto.

Para que o jovem possa entrar no mercado de trabalho, deve cumprir regras estabelecidas pela empresa com padrões de comportamento preestabelecidos, “considerando os momentos históricos da formação profissional, diríamos que estamos diante de uma nova “pedagogia da docilidade” (Soares, 2009, p.6) e (Pessoa et al., 2014). Por um lado vê-se a

estratégia em disciplinar o jovem por parte do Estado, família e sociedade, por outro a oportunidade de esse mesmo jovem alcançar o primeiro emprego e adquirir independência, aprender um ofício, ou mesmo adquirir postura profissional (Silva & Trindade, 2013).

Verifica-se que a preocupação com a Lei do Jovem aprendiz está presente em vários artigos (Amazarray, Thomé, Souza, Poletto & Koller, 2009; Silva & da Silva, 2011; Freitas & Oliveira, 2012; Silva & Trindade, 2013), principalmente no que se refere à forma como a lei da aprendizagem é executada nas empresas, as funções que o jovem desempenha, carga horária e o aprendizado durante o programa. “O Programa Jovem Aprendiz é uma política cujos efeitos surgem em longo prazo, sendo necessário analisar cuidadosamente a relação entre ganhos e perdas”. Para os autores é preciso levantar os efeitos que a participação no programa de aprendizagem tem na vida dos jovens. O olhar mais atento pode mostrar que o PJA atende apenas aqueles a quem interessa, ou seja, a empresa, pois em nada contribui para a formação propriamente dita (Sgarbi & Ferrante 2010, p. 114).

Observa-se nas normativas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que o direcionamento do programa de aprendizagem está na qualificação e desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho. Mais um indício de que o programa existe para atender a uma demanda, mas não do jovem, apesar de constar na lei seus direitos como prioridade. Dentre esses direitos, o jovem precisa de capacitação e orientação para sua inclusão laboral, visando a crescimento pessoal e profissional (Amazarray et al., 2009; Sgarbi & Ferrante, 2010).

A história da lei da aprendizagem nos mostra a possibilidade de o jovem entrar num mercado bastante concorrido, mas normalmente em funções que não atendem às suas expectativas o que acarreta falta de estímulo e decepção quanto ao mundo do trabalho. O jovem ingressa no Programa Jovem Aprendiz com expectativas e busca nele crescimento profissional e autonomia. A preocupação é se este jovem está preparado para participar

ativamente nesse mercado (Silva & Trindade, 2010; Freitas & Oliveira, 2012; Rezende et al., 2012).

A proposta do Programa Jovem Aprendiz sendo a formação para o trabalho o significado laboral para os jovens dependerá da condição em que são inseridos neste contexto. Ao mesmo tempo em que os jovens relatam modificações positivas, como crescimento profissional, aquisição de habilidades sociais, conhecimento e independência, também demonstram muitas expectativas quanto à continuidade na empresa e seu futuro profissional (Macêdo et al., 2012; Silva & trindade ,2013).

Apesar do discurso latente, quanto aos esforços para que o jovem tenha seus direitos garantidos, ainda há muito que fazer para que esse jovem tenha oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com Coelho e Aquino (2009), ao concluir o programa de aprendizagem, alguns jovens continuam na mesma situação do início do Programa Jovem Aprendiz, ou seja, voltam ao desemprego e dependem da demanda para inserir-se no mercado de trabalho.

É importante salientar que, embora o discurso subjacente seja a empregabilidade do jovem, a lei não garante a estabilidade no emprego, e nem que o empregador tenha a obrigação de efetivar o jovem aprendiz após o término do contrato. Assim, ficar ou não na empresa, não depende só do sucesso ou do fracasso do aprendiz em suas tarefas laborais e sim da demanda do mercado e da necessidade da empresa contratante.

Segundo Borges e Coutinho (2010), há um questionamento sobre o que de fato está sendo feito em prol do jovem, por parte do Estado. Afinal, até o presente momento, não há nenhum índice que comprove as contratações ou permanência desses jovens na empresa contratante após o término do Programa Jovem Aprendiz.

3. Método

A presente pesquisa é de natureza descritiva exploratória que tem por objetivo formular questões relativas à temática, buscando conhecer e interpretar a realidade dos entrevistados, descrevendo o que ocorre em sua realidade sem nenhum tipo de interferência por parte do entrevistador. O estudo compreende em avaliar a mesma variável, neste caso a trajetória do jovem após o término do Programa Jovem Aprendiz, em um grupo de jovens que participaram do referido programa entre 2009 e 2014.

3.1 Participantes

Cinco jovens de ambos os sexos, com idade entre 18 e 22 anos, com ensino médio completo e cursado em escolas públicas, que participaram e concluíram o Programa Jovem Aprendiz no SENAC-Pr na cidade de Curitiba, entre 2009 e 2014.

3.2 Instrumento

Entrevista semiestruturada com 28 perguntas abertas entre as quais: renda, família, inclusão laboral, atividades desenvolvidas durante o Programa Jovem Aprendiz, projetos para o futuro e a trajetória após a conclusão do referido programa.

Material utilizado para entrevista: Gravador

3.3 Procedimentos

Com a temática em mãos, sendo “Levantamento da trajetória do egresso após o término do Programa Jovem Aprendiz”, a pesquisadora procurou os responsáveis pela instituição formadora SENAC-PR em Curitiba, escolhida pela pesquisadora para a referida pesquisa.

Após reunião com explicações e informações sobre os objetivos da pesquisa, a carta de autorização (Anexo 1) foi aprovada pela diretoria e assinada pela gerência da instituição formadora.

O projeto foi enviado, com a carta de autorização para o comitê de ética da Universidade Uniandrade, sendo aprovado pelo CAAE 412015115.8.00005218, em 26/01/2015, com parecer favorável à execução desta pesquisa.

A partir da aprovação do projeto, foi feito contato com a instituição formadora SENAC para informar aos responsáveis da citada instituição sobre o parecer favorável do comitê de ética e solicitar a listagem de alunos inscritos no Programa Jovem Aprendiz de 2009 a 2014, período em que se dá a coleta desta pesquisa. Essa listagem contém dados de 2000 alunos que participaram do Programa Jovem Aprendiz, ano de início e término do programa, bem como alunos desistentes.

Ao buscar as informações contidas na listagem de alunos, a pesquisadora escolheu aleatoriamente cinco alunos: dois participantes do sexo feminino e três do masculino. O contato ocorreu por telefone.

Após se apresentar, a pesquisadora explicou o objetivo da pesquisa para cada um dos entrevistados observando que seria uma entrevista individual. Os cinco jovens aceitaram participar da pesquisa, assim sendo, pesquisadora e entrevistados se encontraram no SENAC, localizado no centro em Curitiba, onde os jovens cursaram e concluíram o Programa Jovem Aprendiz. A entrevista aconteceu na instituição formadora SENAC pela facilidade da localização, as entrevistas aconteceram em sala privativa, sem ruídos, sendo autorizada pela instituição acima citada e com o cuidado necessário para preservar a identidade dos entrevistados.

No início da entrevista, foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Anexo 2), foi feita a explicação sobre os objetivos da pesquisa e a necessidade de gravar a entrevista para posteriormente transcrevê-la e analisá-la. Em seguida, a pesquisadora perguntou aos jovens se estavam com dúvidas. Após a negativa iniciou-se a entrevista.

3.4 Das tentativas da análise de dados

No início da pesquisa, optou-se pelo método do grupo focal por permitir a narrativa dos egressos do Programa Jovem Aprendiz de forma a esclarecer aspectos distintos entre os participantes. Entre os dois mil alunos constantes nos relatórios entregues pela instituição formadora SENAC-Pr, foram divididos cinco grupos com 6 participantes. A escolha ocorreu de forma aleatória e por telefone. Foi marcado o primeiro grupo em sala da referida instituição, com os seguintes materiais, sendo o gravador e a filmadora.

No primeiro grupo, apenas dois jovens compareceram. Mesmo assim, foi feita a entrevista. Numa segunda tentativa para o grupo focal, não apareceu nenhum jovem, mesmo demonstrando muito interesse em participar quando contactados por telefone. Na terceira tentativa, foi possível perceber que seria impossível, pelo menos naquele momento, continuar com o referido método.

O método seguinte foi o questionário com perguntas fechadas, sendo escolhidos 200 participantes. Para a testagem do instrumento foram enviados 30 questionários por *e-mail*, permitindo a resposta e envio imediato. O retorno foi de 03 questionários preenchidos. Numa segunda etapa, foram enviados mais 50 questionários. Voltaram 2. Percebeu-se que não seria o momento apropriado para uma pesquisa quantitativa, por uma questão de tempo.

Optou-se então pela entrevista semiestruturada contendo 28 perguntas abertas (Anexo 3). A entrevista semiestruturada permite que o sujeito relate de forma natural seu histórico, possibilitando a espontaneidade nas informações, com singular representação da situação vivida não só pelo sujeito, mas pelos que fazem parte de sua existência (Bardin, 2011). Nesse caso foram realizadas cinco entrevistas por obter-se a saturação dos dados.

3.5 Análise de dados

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi utilizada análise de conteúdo, método o qual “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre os quais se debruça” (Bardin, 2011, p.50).

O objetivo desta análise é o aprofundamento das questões relativas aos egressos do Programa Jovem Aprendiz que tem como finalidade, identificar os principais aspectos relatados pelos jovens sobre sua trajetória após a saída do programa, assim como analisar a trajetória do jovem em relação à sua participação no Programa Jovem Aprendiz.

Após a entrevista, foi feita a leitura flutuante para apropriação do conteúdo permitindo o aprofundamento das respostas e assim fazer uma pré-análise da amostra. “A primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos, analisar e conhecer o texto deixando-se invadir por orientações e impressões” (Bardin, 2011. p.126). Essa fase possibilita ao pesquisador estimular sua intuição de forma a organizar e operacionalizar a análise (Bardin, 2011).

Como o objetivo do Programa Jovem Aprendiz é a formação para o trabalho, foi preciso investigar o conteúdo da entrevista com intuição e observação sobre a singularidade dos entrevistados, buscando, nas falas, indicações sobre sentimentos em relação ao aprendizado adquirido e o quanto o programa contribuiu para a entrada no mercado de trabalho, assim como a trajetória dos jovens após o término do programa;

Sob a aparente desordem temática, trata-se de procurar a estruturação específica, a dinâmica pessoal, que, por detrás da torrente de palavras, rege o processo mental do entrevistado (Bardin, 2011, p.96).

A partir da leitura e análise do conteúdo, foi realizada a classificação por categorias a qual permite analisar com profundidade os elementos homogêneos da amostra, “operação de

classificação de elementos constituídos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos” (Bardin,2011,p.147), o que possibilitou a organização do conteúdo e diferentes “dimensões de análise” (p.148).

E, finalmente, foi feito o tratamento do material bruto das entrevistas, com observação, cuidado e análise das expressões contidas nas respostas. Segundo Bardin (2011), é possível considerar o texto integralmente ou mesmo utilizar “palavras-chave” (p.134) separando e fazendo recortes do conteúdo, assim, obtendo características em comum com outras entrevistas. A partir dos elementos coletados, foi utilizada uma tabela (apêndice 1) para organização e compreensão do conteúdo das entrevistas. Passa-se, então, à interpretação e a discussão dos resultados, procurando responder aos objetivos desta pesquisa.

Na seção resultados e discussão, será utilizada as iniciais do Programa Jovem Aprendiz (PJA) apenas com o objetivo de facilitar a leitura.

4. Resultados e Discussão

4.1 Descrição dos participantes

Participaram desta pesquisa, cinco jovens, sendo que três são do sexo masculino e dois do sexo feminino. Dos cinco participantes, dois moram apenas com a mãe, sendo os pais separados, três residem com pai e mãe, quatro jovens tem apenas um irmão, e um participante é filho único.

Quanto à ocupação dos pais foram citados os seguintes serviços: auxiliar de serviços gerais, doméstica, segurança, líder de operações em fábrica e cobrador de ônibus. Em todos os casos os pais possuem ensino médio completo. Apenas uma ocupação com nível superior, assistente social, e duas sem ocupação laboral desempregada e dona de casa.

A renda familiar oscila entre R\$ 1.500,00 e R\$ 7.000,00. Este último valor aparece apenas em uma família contando com todos os rendimentos como pensão e aluguéis. Quanto ao rendimento dos jovens, dois estão desempregados; dois jovens têm uma renda mensal de R\$ 533,00 (valor referente ao contrato de aprendizagem); um está cursando pela segunda vez o PJA e outro, pela terceira vez. Apenas um jovem tem renda de R\$1.200,00 sendo o único que pretende ajudar nas despesas da família, embora esteja trabalhando há um mês.

Em relação à escolaridade, quatro jovens concluíram o ensino médio e um jovem está cursando faculdade pública. Os cinco jovens concluíram o Programa Jovem Aprendiz nas cidades de Curitiba-Pr na instituição formadora SENAC localizada no centro de Curitiba. Sobre o conhecimento a respeito do Programa Jovem Aprendiz, aconteceu por meio das empresas no momento do contrato do jovem aprendiz. Quatro jovens que participaram da pesquisa não conheciam o PJA até serem encaminhados para o SENAC. Apenas um jovem relatou que já conhecia o referido programa de aprendizagem através da mídia.

No que se refere a área do programa de aprendizagem, dois jovens participaram da área do comércio e três da área de supermercado. Destes três, dois relataram que ao concluir o

programa de aprendizagem, foram convidados pela empresa a continuar no programa, só que na área administrativa, pois poderiam permanecer nesta condição até completarem 24 anos. Os jovens concordaram e, pela segunda vez, participaram do Programa Jovem Aprendiz.

Para ilustrar, segue a tabela com os dados pessoais dos jovens entrevistados que participaram e concluíram o Programa Jovem Aprendiz entre 2009 e 2014. Para preservar a identidade dos entrevistados, foram adotados nomes fictícios, veja:

Jovens	Idade	Estado civil	Com quem mora	Ano que participou do PJA	Área	Situação atual
Julia	22 anos	Solteira	Mãe	2011 a 2013	Comércio	Desempregada
Wagner	18 anos	Solteiro	Pais	2012 a 2013 2014 a 2015	1º vez - comércio 2º vez administrativo	Trabalha como estoquista em loja de calçados
Letícia	18 anos	Solteira	Pais	2012/2013 2014/2015	1º vez Supermercado 2º vez - Comércio 3º vez Administrativo	Cursando o PJA pela terceira vez, dois foram na mesma empresa.
Mário	19 anos	Solteiro	Mãe	2011 a 2012	Supermercado	Cursando o 1º ano de Psicologia
Henrique	18 anos	Solteiro	Pais	2012 a 2013	1º vez-Comércio 2º vez Administrativo	Cursando o PJA pela Segunda vez na mesma empresa

4.2 Categorias

Foram separadas cinco categorias a partir da relevância da fala dos jovens entrevistados, são elas: expectativas em relação ao Programa Jovem Aprendiz, contribuições do Programa Jovem Aprendiz para a inserção laboral, aprendizado na empresa e no Programa Jovem Aprendiz, expectativa quanto ao futuro e sentimento quanto ao Programa Jovem Aprendiz. As análises foram ilustradas com recortes das falas dos jovens para responder aos objetivos desta pesquisa.

4.2.1. Expectativas em relação ao Programa Jovem Aprendiz

Perguntou-se aos jovens sobre as expectativas em relação ao Programa Jovem Aprendiz e como percebiam o programa de aprendizagem. Para eles estava relacionado com a continuação da escola ou com a possibilidade de ajudar nas despesas de casa. Os cinco jovens relataram que não tinham nenhuma expectativa quanto ao PJA, pois não conheciam o referido programa.

Como destacam Amazarray et al (2009), o trabalho para o jovem é ocupação, o que significa não ficar parado e sim buscar alternativas para ajudar no sustento da família, muitas vezes sujeitando-se a cargos subalternos, atividades repetitivas para responder a essa necessidade. Mesmo com salários aquém do mercado e com poucas garantias de permanência na empresa, os jovens ressaltam que é o único jeito de inserir-se no mercado laboral.

Nesse contexto, os jovens argumentaram que se sentem mal por não poderem contribuir nas despesas de casa, e que terem uma oportunidade na empresa, mesmo como aprendiz, é interessante, pois não conseguiriam o emprego de outra forma por serem menores de idade.

Vale ressaltar que, para ser incluído no PJA, o jovem deve buscar o emprego e, nessa perspectiva, percebe-se uma distorção quanto à proposta do PJA, pois, se a responsabilidade

da inserção laboral é do jovem ou de seus responsáveis, então há que se perguntar quanto ao objetivo do programa de aprendizagem o qual é a formação para o trabalho.

Como vemos no caso de um dos jovens, hoje com 18 anos, que aos 14 anos trabalhava numa empresa puxando carvão o dia todo, sem carteira assinada e qualquer direito trabalhista garantido. Esse jovem sujeitava-se a um trabalho precário e sem qualquer garantia para ajudar em casa, e destaca que, quando a mãe o via chegar todos os dias sujo de carvão, começou a procurar um emprego “decente” para o filho (referência às garantias do trabalho formal). “... Ela (mãe) mandou o currículo lá na empresa... se não fosse por ela talvez eu não teria conseguido...” (Wagner, 18 anos).

É no contexto da emergência que os jovens buscam o emprego, como separação dos pais ou desemprego na família, observação feita a partir do relato de dois jovens que buscaram o primeiro emprego pela dificuldade da mãe em manter as despesas da casa após a separação e uma jovem a partir do desemprego do pai. Como apontado por Almeida e Magalhães (2011), independentemente da vontade do jovem, a família, a política ou a situação socioeconômica influenciam nos seus planos.

Portanto, serem incluídos ou não no PJA, até então era indiferente para estes jovens, mesmo porque desconheciam o programa de aprendizagem. Como exemplo, a jovem Letícia que só procurou um emprego devido à situação de desemprego do pai, momento em que, percebeu a necessidade de ajudar em casa, pois nunca havia sentido dificuldade nesse sentido. “... Meu pai perdeu o emprego...daí eu me acordei para a vida sabe?...tinha que ajudar também...” (Letícia, 18 anos).

Como apontam Sgarbi e Ferrante (2010), o Programa Jovem Aprendiz segue em duas direções, a princípio é uma solução aplicável e que atende a jovens, propiciando a inserção no mercado de trabalho com garantias e direitos trabalhistas, o que

consequentemente “tira” o jovem do trabalho informal e precário. Por outro lado, é importante analisar se o PJA não mascara o problema que atinge o público jovem naturalizando o trabalho precário, subalterno, com a diferença que tem alguma garantia, uma vez que os postos de trabalho ofertados aos jovens requerem pouquíssima qualificação e estes jovens são mal remunerados.

Ante tais questões, pode-se afirmar que o jovem procura o emprego sem nenhum preparo ou qualificação e que, ao ser inserido nesse mercado, é “moldado” de acordo com a necessidade da empresa, atendendo apenas a demanda do mercado de trabalho, não tendo um foco na aprendizagem. O que se percebe na fala de uma jovem que, ao completar o contrato de trabalho, foi desligada. A empresa alegou que não poderia efetivá-la por ser menor de idade, mesmo tendo feito a promessa de contratação ao término do PJA. “... Eu queria ficar na empresa, vim pro programa para realmente continuar na empresa”... “precisava ajudar em casa...” (Julia, 22 anos).

Como salientam Coelho e Aquino (2009), em análise sobre o programa de aprendizagem, alguns jovens continuam na mesma situação do início do Programa Jovem Aprendiz. Os autores se referem à busca por um emprego, os jovens iniciam na empresa, são encaminhados à instituição formadora para serem incluídos no Programa Jovem Aprendiz, mas, ao término do contrato de trabalho, são desligados da empresa ou se continuam, permanecem nas mesmas atividades que exerciam durante todo o programa de aprendizagem.

Além da expectativa de entrar no mercado laboral, quatro entrevistados deixam claro que, para eles, fazer uma faculdade é muito importante e entendem que a formação acadêmica, possibilita a melhora no padrão social. Mas, apesar disso, os jovens trazem em sua fala que, como a experiência adquirida no PJA foi no comércio ou supermercados, naturalmente acabam trabalhando nestes seguimentos que praticam horários estendidos, inclusive aos finais de semana, o que impossibilita a conciliação dos horários para trabalhar e

estudar. Para os jovens, adiar a entrada na faculdade significa não ter uma profissão de sua escolha, os entrevistados relataram que têm muitas expectativas quanto ao seu futuro profissional.

Nesse sentido, Venturini e Piccini (2014) destacam em seus estudos que, para uma parcela da população jovem, entrar numa faculdade é a prioridade, antes mesmo de começar a trabalhar, mas que na maioria das vezes, isso não é possível devido ao tipo de trabalho a que os jovens são inseridos ou à situação financeira que impossibilita a entrada na faculdade. Observa-se que os jovens fazem distinção entre o PJA e formação acadêmica e que entendem o programa de aprendizagem apenas como um auxílio, enquanto são menores de idade, mas que, para um futuro promissor, precisam fazer faculdade.

É notável que os jovens não percebem o Programa de Aprendizagem como formação profissional, e sim como um começo para o “mundo” laboral que a partir disso, podem colaborar nas despesas de casa. Essa preocupação ficou evidente na fala de quatro jovens entrevistados, como exemplo o jovem Henrique de 18 anos: “... o curso mostra que você tem que ter uma responsabilidade... que você já está entrando numa cadeia de trabalho e que deve ser responsável... então, ajuda bastante, né?... a gente consegue ajudar em casa...”.

Tal como apontado por Mattos e Chaves (2010) e Silva e Chamon (2010), muitos jovens precisam ajudar no sustento da família o que torna ainda mais desconfortável a entrada no mercado de trabalho. Nesse contexto o jovem sente-se pressionado a continuar executando atividades as quais não o estimulam com salário equivalente ao trabalho de aprendiz, como é o caso de dois entrevistados que continuam no PJA pela segunda vez. Observa-se que o jovem é mantido no PJA, mesmo podendo ser efetivado com salário de acordo com o cargo desempenhado. Tal fato denuncia o programa de aprendizagem como uma política feita para atender às empresas, com mão de obra a baixo custo, e, além disso, pode-se substituir o jovem facilmente quando necessário.

Foi recorrente na fala dos entrevistados que o Programa Jovem Aprendiz é apenas um meio de entrar no mercado de trabalho e que não há expectativas em relação ao programa de aprendizagem. “Na verdade a minha expectativa era ser contratada na empresa”... “eu não fiquei na expectativa do curso, sabe?...” (Julia, 22 anos).

Outro aspecto que chama a atenção sobre as expectativas dos jovens, quanto ao PJA, é que os cinco jovens não tiveram uma explicação prévia por parte da empresa sobre o Programa Jovem Aprendiz. Apenas foram encaminhados à instituição formadora, e ao que parece as empresas passam à instituição formadora a responsabilidade de informar ao jovem o propósito de participar do programa de aprendizagem. Dessa forma, percebe-se na fala de um dos entrevistados o sentimento de culpa pela falta de informação, como se a falta de maturidade o impedisse de conhecer o programa de aprendizagem, “... eu era muito novo, não entendia como seria, sabe?...” (Wagner, 18 anos).

Os estudos de Amazzaray et al (2009); Gonçalves (2014) e Matsuzaki (2011), corroboram os resultados obtidos nesta pesquisa no que diz respeito ao cuidado que as empresas devem ter ao dar ênfase na formação e capacitação profissional. Nesse sentido, observa-se que não há preocupação em apresentar o PJA ao jovem antes de encaminhá-lo a instituição formadora, indo na contramão da proposta do programa de aprendizagem.

Segundo o que determina o art.23 do Decreto nº5598/2005, na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento em conformidade com o programa de aprendizagem (Cartilha de Aprendizagem SENAC-PR, 2015, p.9).

Os jovens tampouco demonstraram conhecimento sobre o objetivo do Programa Jovem Aprendiz que é a formação para o trabalho. Em seu relato, fica claro que a empresa contratante também não compreende ou não reconhece esse objetivo. Essa constatação se dá a

partir da fala de uma jovem, que relata a obrigatoriedade de permanecer no programa de aprendizagem, podendo inclusive ser “castigada” se não cumprisse as regras estabelecidas pela empresa. “... Eles não me explicaram nada lá no mercado... eles me falaram que ia ser obrigada a fazer o curso... apenas isso... que se eu não fosse, eles iam descontar do meu salário...” (Letícia, 18 anos).

Apesar de não conhecer o PJA, os jovens contam que o programa de aprendizagem possibilitou a melhora nas relações sociais. Percebe-se na fala dos jovens que eles associam o PJA a mudanças de comportamentos, diminuição da timidez, melhora na comunicação com seu grupo social e relacionamento com clientes.

Macêdo et al (2012) e Silva e Trindade (2013) trazem, em suas pesquisas, relatos de jovens sobre mudanças positivas no comportamento, como aquisição de habilidades sociais e mudanças no comportamento. Os jovens explicaram, que antes do PJA, tinham dificuldades para interagir com grupos sociais, entre eles, família, colegas de escola e amigos, e perceberam o quanto melhoraram nesse aspecto.

Como vemos no relato de uma jovem que conta como amadureceu ao participar do PJA, pois tinha comportamentos que a incomodavam e que a influência negativa do grupo social o qual pertencia era muito persuasiva envolvendo-se, cada vez mais em situações difíceis. “... Eu acredito que amadureci muito depois do Programa Jovem Aprendiz... estava indo pro lado ruim... perigoso para mim...” (Letícia, 18 anos).

A palavra maturidade aparece em todos os relatos e repetidas vezes, o que indica que os jovens associam o Programa Jovem Aprendiz com maturidade e que para eles, isso significa melhora das relações interpessoais. Em uma das entrevistas, percebe-se na fala do jovem, o quanto o PJA o ajudou a melhorar suas relações sociais: “... Eu tinha muita dificuldade para lidar com pessoas... era muito tímido... aprendi muito... principalmente a

falar com os clientes... me sinto mais maduro, sabe?...”(Henrique, 19 anos). O significado de maturidade não foi aprofundado nas entrevistas, mas pode-se levantar a hipótese, pela própria escolha do termo, se esta suposta maturidade não revela um processo de naturalização desse período da vida. A literatura, entre as quais (Bertol & Souza, 2010; De Mattos & Chaves, 2010; Nolasco & Sá, 2013; Silva e Chamon, 2010), tem mostrado que frequentemente a psicologia tradicional atribuiu à adolescência como um período de comportamento pouco adaptado e até agressivo, associado a mudanças biológicas, concepção essa que se difundiu e passou para o discurso social. Pode-se questionar se essa insistência na maturidade não revela traços de internalização desse discurso.

Dessa forma, pode-se afirmar, a partir dos relatos dos jovens entrevistados, que o programa de aprendizagem tem relevância quanto a mudanças de comportamento, o que para os jovens parece ser muito importante, mas não há expectativas quanto ao PJA, por falta de conhecimento no que se refere à existência do programa de aprendizagem e seu objetivo central que é a formação para o trabalho. Além disso, questões como a entrada no mercado laboral e formação acadêmica parecem ser o foco da atenção desses jovens, não fazendo relação alguma com o PJA.

4.2.2 Contribuições do Programa Jovem Aprendiz para a inserção laboral

Quanto às contribuições do PJA, os jovens associam o conhecimento e responsabilidade que adquiriram nas disciplinas do programa de aprendizagem, trazendo em seus relatos, conteúdos que fazem parte do programa de aprendizagem como ética, marketing e atendimento ao cliente. Os jovens trazem alguns exemplos do que aprenderam nas disciplinas citadas: referindo-se à primeira, falam sobre a importância da ética nas relações sociais, mas, ao serem estimulados para falar sobre o conceito da palavra e sua aplicabilidade no trabalho, não sabem explicar, o mesmo aconteceu com as outras disciplinas. Com

referência à segunda, trazem exemplos de como melhorar aspectos gerais da empresa, e à última, associam diretamente o trato com pessoas.

Os jovens também comentam sobre as disciplinas de empregabilidade e empreendedorismo, mas de forma superficial, como vemos no relato de um jovem: “... ah, aprendi a fazer currículo, né?... acho que essa empregabilidade, ajuda bastante...” (Wagner, 18 anos). Fica evidente, que as disciplinas e a compreensão dos jovens sobre elas apontam para a formatação do comportamento para sua adequação às demandas do mercado de trabalho, como observado na fala de Henrique, 18 anos: “...eu não sabia falar com clientes...me mandaram para trabalhar no autoatendimento, me ajudou muito, a disciplina de comunicação lá...eu consegui falar melhor...”.

Ao serem questionados quanto às contribuições referentes à inserção laboral após o término do PJA os jovens demonstram insegurança ao falar sobre trabalho. Ao que parece o programa de aprendizagem é eficiente durante o período em que o jovem está atuando como aprendiz, mas não facilita a entrada no mercado de trabalho. Percebe-se em todas as entrevistas, dúvidas no tocante às contribuições do PJA para se inserir no mercado laboral, conforme ilustrado no seguinte depoimento: “... eu tenho certeza que o programa ajudou a conseguir emprego pelo que tinha no currículo, que dizer... acho que sim... foi um amigo meu que me indicou...” (Julia, 22 anos).

Nesse mesmo contexto, outros jovens explicam que, ao procurar um emprego, naturalmente buscam cargos na área na qual participaram do PJA. Isso acontece apenas, por não terem experiência em outras áreas. Como vemos na fala de uma jovem que diz: “... assim, eu aprendi muita coisa no programa, né? mas para trabalhar no comércio... não é o que eu quero...” (Julia, 22 anos).

Ao concluir o PJA, o jovem tem a possibilidade de ser convidado a permanecer na empresa. Caso isso não ocorra, precisa procurar outro emprego, visto que a fala que permeia as entrevistas é a de ajudar no sustento da família. Para os entrevistados, permanecer no emprego que não almejam é difícil, pois há problemas de adaptação e quando buscam um emprego sem a qualificação necessária para o cargo, acabam sendo “descartados” pelo mercado, porque não conseguem competir com candidatos com experiência ou qualificação que atendem às exigências da empresa.

Como destacam Coelho e Aquino (2009), a juventude é a mais vulnerável em se tratando da precariedade do mercado de trabalho. Os autores chamam a atenção sobre questões ligadas à inexperiência do jovem que são exaustivamente apontadas no mundo laboral. Isso reforça a ideia de que o PJA atende à demanda das empresas no momento em que precisam cumprir a meta estabelecida pela lei da aprendizagem, ou seja, fazer o que a lei impõe, o que nos mostra que não há um vasto mercado de trabalho aberto e pronto para receber os jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz.

Confirma-se isso na OIT (2009), sobre a entrada do jovem no mercado de trabalho, a qual salienta que ainda é precária, envolvendo um número significativo de jovens desempregados e na informalidade, além da renda baixa e falta de atenção social. Os jovens têm segurança ao participar do PJA, mas, ao término do programa de aprendizagem, ficam à mercê do mercado, muitas vezes buscando alternativas de trabalho que não atendem às suas necessidades e também não estimulam seu crescimento profissional.

Destacam Sgarbi e Ferrante (2010), ao que parece os programas de aprendizagem podem legalizar o trabalho infantojuvenil, mas não incluem o jovem no mercado laboral. O que confirma o discurso de outros três jovens entrevistados, que continuaram na mesma empresa, mas não foram efetivados ao término do contrato de aprendizagem e sim

remanejados para continuar como jovem aprendiz, com o mesmo salário e condições de trabalho, denunciando quão precária é a inserção do jovem no mercado laboral.

A contratação de jovens aprendizes é uma obrigatoriedade, mas é preciso ressaltar os ganhos da empresa quanto à mão de obra barata, afinal os salários dos jovens não se comparam ao dos adultos, embora tenham as mesmas atribuições. Os estudos de Freitas e Oliveira (2012) apontam que as atividades desempenhadas pelos jovens durante o PJA são as mesmas dos adultos e com as mesmas responsabilidades, com a diferença que o salário é bem menor e permitido em lei.

Nesse contexto, os jovens dizem, que, ao terminar o contrato de aprendizagem, são convidados a continuar na empresa, mas na condição de aprendizes denunciando o quão precário é o programa de aprendizagem dentro das empresas. Observa-se que não há interesse, por parte das empresas, em efetivar o jovem imediatamente ao término do PJA, mas adiar o máximo possível sua efetivação. Exemplo de um jovem entrevistado que está no segundo contrato de aprendizagem na mesma empresa e já completou 18 anos, “... tô aí há dois anos já... a primeira área que eu fiz foi o comércio... e agora o administrativo, um ano cada um...” (Henrique, 18 anos).

Os jovens contam que são submetidos a um sistema de avaliação o qual inclui indicadores de aprendizagem, modelo avaliativo que permite verificar se o jovem está apto ou não para o mercado de trabalho e para continuar no programa de aprendizagem.

Como destaca Saviani (2007), é “uma verdadeira pedagogia da exclusão” (p.431), o que explica esta tentativa de formar pessoas com uma profusão de informações, para que sejam cada vez mais “empregáveis”, para não serem excluídas do mercado laboral. Se o indivíduo não conseguir ser incluído, assume a responsabilidade pelo seu fracasso, o que já lhe foi incutido pela pedagogia da exclusão, ou seja, foi ensinado a pensar dessa forma.

Esses indicadores são trabalhados em situações de aprendizagem que condizem com o cotidiano da empresa e atividades executadas pelos jovens, e que permitem ao avaliador definir se o jovem está correspondendo às competências exigidas para as atividades desempenhadas ou não. Ao que tudo indica, existe uma disciplinarização incutida nessa forma de avaliação, colocando o jovem numa forma de “engessamento” funcional. Além disso, os participantes trazem em sua fala a necessidade de ter responsabilidade e que para tal era necessário trabalhar, como se uma coisa estivesse atrelada a outra.

Nesse sentido, parece que a responsabilidade do sucesso no mercado de trabalho é atribuído ao jovem, como se fracasso ou sucesso em ter um emprego só dependesse da sua vontade. Nas entrevistas, é recorrente o termo “responsabilidade”, palavra repetida durante todo o tempo da entrevista e na fala dos cinco jovens, como se a subjetividade da palavra resolvesse a questão do futuro laboral do jovem. O que reduz a uma forma simplista de pensar, como se a “culpa” fosse do jovem, que não consegue emprego porque não investe na sua empregabilidade e além disso, transfere-se toda a responsabilidade do sucesso ou fracasso a este jovem.

Nesse sentido, Frigotto e Ciavatta (2006) discutem a ideia da educação básica ou profissionalizante para ascender socialmente, estudos esses oriundos de uma ideologia sobre empregabilidade e competências que colocam o trabalhador como um indivíduo que não se qualifica, portanto, precisa de cursos profissionalizantes para tornar-se empregável e produtivo para o mercado de trabalho.

Os jovens trazem, em seus relatos, que as atividades desempenhadas são repetidas diariamente durante três meses, para então o jovem ser considerado apto para a tarefa. Após esse período passa para outro setor e começa com o mesmo sistema, repete e aprende diariamente.

Como diz Saviani (2007), “aprender a aprender”, o modelo contemporâneo do ensino formou uma pedagogia diferente, aquela que nos diz que o que importa é a absorção do conhecimento no sentido geral. O aluno aprende dentro da sua realidade e do seu jeito, tendo um mediador, o qual pode ser um professor ou instrutor, para auxiliá-lo nesse processo. Mas essa forma de aprendizado reforça a necessidade de se manter na empregabilidade, o que deixa clara a necessidade de buscar conhecimento o tempo todo e de se manter atualizado, caso contrário, o aprendiz fica aquém do que interessa ao mercado de trabalho, que procura profissionais capacitados e prontos para desempenhar as atividades laborais.

Apesar de o Programa Jovem Aprendiz ter o foco na formação para o trabalho, percebe-se que, durante a permanência na empresa, há uma repetição de tarefas, como uma mecanização do trabalho. Assim, quando o jovem concluir o contrato, terá um conhecimento restrito e que poderá ser utilizado apenas para o segmento para o qual participou do programa de aprendizagem, como já apresentado anteriormente colocando-se em contradição com a pedagogia por competências apregoada no projeto pedagógico do PJA, que supõe formar o jovem para o trabalho.

Além disso, apesar de os jovens serem acompanhados por um instrutor enviado pela instituição formadora, que supervisionava e acompanhava o trabalho desenvolvido pelos jovens nas empresas, os entrevistados relatam que muitas vezes sentiam-se isolados e excluídos da equipe de trabalho, o que é exemplificado na fala de uma jovem, “... não tinha *feedback*... tipo você tem que melhorar nisso...eu não lembro desse tipo de conversa...não tinha um cuidado com a gente...” (Julia, 22 anos).

O que também é questionado por Machado (2013), que destaca que já em 1940 não havia um controle da formação profissional dos jovens e nem da eficácia desses programas de aprendizagem. Atualmente, o programa de aprendizagem continua sem o controle e acompanhamento necessários para a formação profissional.

É perceptível, na fala dos entrevistados, que o Programa Jovem Aprendiz parece estar entrelaçado com “ajuda para a entrada no mercado de trabalho”, visto que não é essa a proposta do programa de aprendizagem. A superficialidade e insegurança estão presentes no relato dos entrevistados quando se trata das contribuições do programa de aprendizagem. A exemplo. “... Eu aprendi muita coisa que não sabia... como funcionava o mercado (supermercado) assim... as dificuldades do mercado... o que era preciso para trabalhar no mercado... acho que foi muito importante para mim... me ajudou muito...” (Mario, 19 anos).

Nesse sentido, o Programa Jovem Aprendiz contribuiu para as funções exercidas na empresa durante o programa de aprendizagem, mas não aparecem, no relato dos jovens, as contribuições laborais após o término do PJA. Apesar do estímulo durante a entrevista para que falassem das contribuições após o programa de aprendizagem, os jovens falam apenas das experiências vividas durante o curso.

Apenas um dos cinco jovens consegue associar o aprendizado adquirido no programa de aprendizagem, hoje exerce a função de estoquista no trabalho, e relata a “mecanização” nas atividades executadas. “... Por causa, que eu organizo o estoque... ensinaram no curso... preparar o produto, conferir mercadoria lá...” (Wagner, 21 anos)

Quanto ao preparo para o mercado de trabalho, como diferencial, capacidade de desenvolver atividades e habilidades específicas, os jovens atribuem a importância do conhecimento de forma geral para a inserção laboral, não relacionando especificamente ao Programa Jovem Aprendiz.

4.2.3 Aprendizado na empresa e no Programa Jovem Aprendiz

Ao serem questionados se o aprendizado adquirido no PJA e na empresa foi suficiente para a entrada no mercado de trabalho, os jovens falam que conseguiam colocar na prática o aprendizado adquirido no PJA, mas somente enquanto estavam cursando o programa.

Os entrevistados relataram que as disciplinas ministradas na teoria tinham o título referente às atividades desempenhadas na empresa, por exemplo, a disciplina de atendimento ao cliente, a qual procuravam colocar na prática. Nesse sentido, os jovens associam tópicos como, empatia, simpatia e cordialidade ao aprendizado adquirido durante o PJA e fazem relação com a prática, o que nos mostra o quão superficiais e mecânicos são as atividades que fazem parte do conteúdo programático do PJA.

Como apontam Pessoa et al (2014), apesar de o PJA propiciar a inserção laboral e ter como objetivo principal a formação para o trabalho, não garante a contratação ao término do programa de aprendizagem, como também não garante a entrada no mercado de trabalho após a conclusão do PJA. Observa-se que essa formação se refere às atividades propostas na empresa, não a formação no sentido de construção do saber, da existência do senso crítico, do cidadão crítico e sim uma formação dentro de padrões préestabelecidos e pontuais, ou seja, apenas para o programa de aprendizagem, como um “pacote fechado” entregue ao jovem e depois disso, não há responsabilidade nem da instituição formadora, da empresa ou dos órgãos competentes.

Nesse contexto, pode-se afirmar que as disciplinas do PJA são elaboradas para atender à empresa, como é o caso da disciplina sistema operacional de frutas, legumes e verduras elaborada para atender à área de supermercados: os jovens aprendem sobre estocagem do produto, higiene dos alimentos, sistema de venda e exposições e qualidade do produto. Além das disciplinas específicas os jovens também aprendem sobre ética e cidadania,

empreendedorismo e empregabilidade entre outras disciplinas. No cenário geral, nota-se que o jovem aprende um pouco de tudo, mas sem aplicabilidade desse conhecimento.

Esse é o reflexo da “pedagogia das competências”, como ressalta Saviani (2007), moldar os comportamentos dos indivíduos, para que ajam de acordo com a necessidade da sociedade, sem preocupar-se com sua realidade e deixando o indivíduo à mercê da própria empregabilidade.

Dos cinco jovens, três trouxeram em sua fala a disciplina de ética, embora, com relatos superficiais sobre o conceito e relevância para a vida laboral, além de outras disciplinas trabalhadas durante o programa de aprendizagem que aparecem apenas como uma vaga lembrança. “... Ah, eu me lembro da ética, tem que ter uma ética para trabalhar... assim... eu sei lidar com isso...” (Letícia, 18 anos).

Os jovens não fazem menção quanto à inserção laboral, ao que parece, não associam o conhecimento adquirido à facilidade ou à dificuldade de entrar no mercado de trabalho e sim às mudanças de comportamentos e às relações interpessoais. Como salientam Sgarbi e Ferrante (2010), é preciso analisar os ganhos para o jovem em participar do PJA e quais os resultados desta formação.

A noção de formação para os jovens está intimamente relacionados à melhora nos relacionamentos. Para eles, melhorar a comunicação em público e com seu grupo social é muito importante, fala que perpassa todas as entrevistas. “... Eu não sabia falar com clientes..., me ajudou muito... a disciplina da comunicação lá... eu conseguia falar melhor...conversar com meus colegas de trabalho...eu era muito tímido...”(Henrique, 18 anos).

Nesse sentido, Pessoa et al (2014) fazem uma crítica ao que concerne à limitação do aprendizado adquirido no PJA. Para os autores, às mudanças de comportamento e saber lidar com pessoas limitam o aprendizado. Os autores ainda salientam que o jovem é orientado a enquadrar-se às regras da empresa para permanecer no trabalho:

sugere-se então que essa aprendizagem deve girar em torno da apreensão de elementos práticos que favoreçam sua entrada no mercado de trabalho e do aprendizado de como se comportar docilmente na empresa (Pessoa et al,2014, p.27)

Quanto ao aprendizado na empresa, os jovens relatam que havia uma rotina de trabalho e que o treinamento acontecia diariamente, além de passaram por todos os setores da empresa para exercerem várias funções. De acordo com o relato dos jovens, havia uma pessoa responsável por eles na empresa que os acompanhava e os treinamentos aconteciam diariamente com a ajuda de colegas de setores. Os treinamentos aconteciam todos os dias, mas os jovens apenas executavam as ordens de superiores. Nesse sentido o aprendizado era “braçal”, indicando que reflexões, reuniões e treinamentos não aconteciam na empresa.

Apenas um jovem ressalta que teve treinamento contínuo e que o aprendizado acontecia em frequentes reuniões de equipes, *feedback* e acompanhamento da supervisão. Nesse caso o programa de aprendizagem acontecia na rede de saúde, precisamente em um hospital, área que foi desvinculada do PJA. “... eles chamavam a gente para fazer treinamento...” ah, como fazer guias, internações, eles não davam treinamento só de uma coisa, mas eles treinavam a gente assim, de todo hospital sabe?...”(Wagner, 18 anos).

4.2.4 Expectativa quanto ao futuro

Nas perguntas sobre expectativas e planos para o futuro quatro jovens relataram seu desejo de fazer uma faculdade. Ter formação acadêmica é um discurso que permeia as entrevistas. Eles jovens relatam que sem um curso superior não conseguem um emprego melhor. O que sinalizam Neu e Cacenorte (2010), nos dias atuais as empresas buscam a eficiência e produtividade, para tanto, recrutam profissionais com formação superior e experientes o que para os jovens, não ter formação acadêmica passa a ser um problema.

Um dos jovens, que hoje cursa a faculdade de psicologia, relata de forma diferenciada, com segurança, que sempre teve vontade de fazer faculdade nesta área. Esse

jovem vem de uma família de classe média, explica que não precisa ajudar nas despesas da casa, e, só participou do PJA para não ficar ocioso. O jovem conta que a decisão de procurar um emprego partiu de uma conversa com a mãe e juntos foram em busca de trabalho. Observa-se que este jovem tem uma condição bem diferente da, dos demais e faz uma “dura crítica” em relação ao programa de aprendizagem, contando que tem aversão quanto ao capitalismo do trabalho.

“... Eles precisam de pessoas que façam o trabalho braçal né?... não precisa de muita qualificação... é braçal... a empresa precisa render... se tiver os dentes lá, já tá bom... expressão do capitalismo né?... eu tenho um problema com a exploração...é um excesso de querer lucrar...então vai cortando salário...aumentando o tempo de serviço...” (Mario, 19 anos).

Nesse sentido, podemos destacar Saviani (2007), o processo é crescente na produtividade e dispensa mão de obra na mesma proporção. Esse processo consequentemente motiva a competição e aumenta a produtividade, isso, para gerar lucro. O autor explica que esse processo é recorrente por parte de empresas e governo, com intuito de diminuir custos, utilizam-se desse “recurso” como um meio para diminuir as garantias formais dos trabalhadores, e ainda aponta “daqueles que atingem a idade para ingressar na População Economicamente Ativa (PEA) nela nem sequer chegam a entrar” (p.430).

A noção de futuro para os jovens está relacionada com as conquistas a partir do estudo. Os jovens trazem questões como ter uma formação acadêmica, fazer cursos de idiomas, e, a partir disso, ter independência financeira. É interessante destacar que nenhum jovem menciona questões como “casar e ter filhos”, todos deixam claro que querem fazer uma faculdade e trabalhar.

Quanto ao futuro laboral, três jovens entrevistados trazem insegurança em suas falas e, ao que parece, temem o futuro laboral. Contam que têm dificuldades para entrarem no mercado de trabalho e que, ao procurarem um emprego formal, não têm as mesmas chances

dos outros candidatos mais qualificados e com experiência. Essa fala persiste em todas as entrevistas.

Como destacam Macêdo et al (2012) e Silva e Trindade (2013), os jovens de classe trabalhadora demonstram muitas expectativas e insegurança quanto ao seu futuro laboral. Para suprir essa expectativa, o jovem busca um emprego e percebe que a realidade é bem diferente daquilo que imaginava. Isso pode ser dividido em dois momentos. Num primeiro momento, o jovem procura um emprego para ajudar no sustento da família, como já levantado anteriormente, mas por ser menor de idade é incluído no PJA. Num segundo momento, com o término do contrato de aprendizagem, vai à procura de um emprego e se depara com a competitividade e exigências do mercado de trabalho.

Sobre o que ressaltam Lachtim e Soares (2011); Meyer e Félix (2014) e Sales (2014), constata-se que, apesar do medo em relação a várias categorias no que concerne ao mercado de trabalho, o que se percebe é a vontade, ainda tímida, de conquistar um futuro melhor. Os jovens entendem o PJA como um começo, uma oportunidade que a empresa lhes ofereceu, mas não entendem o programa de aprendizagem como uma “porta” para o mercado de trabalho.

Os jovens relatam que, enquanto estão no PJA, têm uma condição privilegiada, a qual muitos jovens provavelmente gostariam de ter, mas ao concluir o programa de aprendizagem, voltam para a mesma condição do início do PJA. A concepção de que o Programa de Aprendizagem é uma formação para o trabalho e que os forma como cidadãos, que entendem que tem direitos respeitados pelo poder público, está muito distante desses jovens.

Confirma Kafrouni (2009), o jovem que é incluído no programa de aprendizagem, parece ter uma vantagem sobre outros que não participaram, mas o PJA como um “projeto de

política pública” (p.128), que defende os interesses da juventude e o respeito como um cidadão de direitos, parece estar aquém da compreensão do jovem.

4.2.5 Sentimento quanto ao Programa Jovem Aprendiz

Quanto ao sentimento em relação ao PJA, os jovens atribuem as mudanças de comportamento e o amadurecimento adquiridos ao programa de aprendizagem. Nesse caso o enfrentamento da timidez, sentimento que perpassa e se repete nas falas dos jovens, além de características como responsabilidade, gratidão e crescimento pessoal. Veja-se o exemplo de uma jovem: “... a parte que eu mais gostei do programa, foi aprender a lidar com as pessoas... eu sou uma pessoa bem tímida...” (Julia, 22 anos).

O sentimento pelo PJA, expressado pelos jovens, também aponta para questões pessoais. Para eles, o conhecimento adquirido no programa de aprendizagem, agregou valores para a vida, mas no sentido geral, parece não haver uma relação com o trabalho.

Isso corrobora os estudos de Silva e Trindade (2013), sobre as características essenciais que são percebidas como o alcance de habilidades sociais além da independência financeira adquirida durante o PJA. Essas características aparecem nos relatos dos jovens e têm relação com o sentimento quanto ao programa de aprendizagem. É interessante destacar a importância que os entrevistados dão às questões sociais e o quanto melhoraram em suas relações sociais após o término do PJA.

Os jovens trazem em suas narrativas a gratidão por ter participado do PJA, sentimento expressado por uma jovem entrevistada: “...eu vejo que eu amadureci, de tudo que eu aprendi agregou muito...o programa me ajudou pra vida, sabe?...”(Julia, 22anos). Para eles, serem incluídos no Programa de Aprendizagem foi uma satisfação, um começo, uma oportunidade de aprendizado, embora quatro jovens não tenham recebido de forma positiva a notícia de que teriam que participar do PJA enquanto estivessem na empresa. Os entrevistados explicaram que, quando procuraram o emprego, não sabiam, nem conheciam o

Programa de Aprendizagem, portanto, não faziam ideia do que teriam que enfrentar, o que gera ansiedade, mas que ao começar o Programa de Aprendizagem, notaram que poderiam aprender muito.

Quanto às relações familiares, os jovens disseram que melhoraram muito, principalmente o relacionamento em casa, com a família no sentido da comunicação e coesão, como explicitado nesta pesquisa. Para eles, o aprendizado que adquiriram no Programa de Aprendizagem, trouxe benefícios nas relações com o grupo social fora do trabalho.

Ao expressarem o sentimento ao referido programa de aprendizagem, os jovens elogiam todos os aspectos que fazem parte do PJA. A esses aspectos se somam o relacionamento com os instrutores, citando alguns nomes durante a entrevista, que para eles tiveram um papel especial no sentido de referência como profissionais. Outro aspecto citado pelos jovens foi a relação com a turma, também reforçada pelos cinco jovens que trouxeram em suas narrativas a “saúde” dos momentos em que estavam juntos, trabalhando em equipe e montando projetos.

Também foram expressados pelos jovens, aqueles momentos de cansaço e vontade de desistir. Para os entrevistados não foi fácil trabalhar e estudar, característica apontada por três jovens. Como exemplo a fala de um dos jovens “... Não é fácil estudar e trabalhar... me sentia muito cansado...além disso tinha o PJA...nossa...ainda bem que já passou...” (Wagner, 18 anos).

É importante salientar que, para os jovens, o PJA foi positivo no sentido de que os ajudou nas questões pessoais, mas quanto ao sentimento relacionado ao futuro laboral, os entrevistados deixam claro que, para a profissão que escolheram, o PJA não tem relação alguma.

Considerações finais

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram vários aspectos, entre os quais, os jovens têm expectativas quanto a trabalho, mas entendem que não precisam participar do PJA para esse fim. Tampouco conhecem o objetivo do programa de aprendizagem, que é a formação para o trabalho. Além disso, os jovens precisam procurar o emprego para posteriormente participar do PJA. A partir dessa análise, vemos que o PJA vai na contramão do projeto pedagógico, que é formar o jovem para o mercado laboral. De acordo com o manual de Aprendizagem SENAC PR (2015), a legislação vigente e o Modelo pedagógico SENAC:

O programa, além de atender o que estabelece a legislação, reflete o compromisso do SENAC/PR com uma educação profissional de qualidade, propiciando a formação de cidadãos críticos e flexíveis às mudanças requeridas pelo mundo do trabalho (Manual de Aprendizagem SENAC-Pr, 2015).

Nesse contexto, uma questão que fica em aberto é: qual a função da aprendizagem, uma vez que a formação que supostamente daria aos jovens condições de entrar no mercado de trabalho ocorre depois de seu ingresso no mercado laboral. O objetivo do PJA é a formação para o trabalho, então, parece fazer mais sentido que o programa de aprendizagem ocorra antes da inserção laboral.

É preciso reavaliar o objetivo do PJA que, *a priori*, foi elaborado para atender às necessidades dos jovens quanto à sua inserção no mercado laboral. Afinal, a quem atende este programa de aprendizagem, ao jovem ou à demanda das empresas? O relato dos jovens parece indicar que os interesses dos empregadores têm precedência em relação aos dos jovens, visto que as atividades desenvolvidas durante o trabalho são repetitivas e subalternas, sugerindo uso da mão de obra juvenil que no contexto do programa tem custo reduzido.

Uma vez que os programas de aprendizagem são amparados pela Lei nº 10.097 e ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005 que estabelece a obrigatoriedade da contratação de jovens aprendizes, pode-se observar que, em geral, as empresas cumprem apenas a meta estabelecida por lei, deixando claro que não há preocupação quanto ao objetivo principal do PJA, que é a formação para o trabalho. Os jovens entrevistados trazem em sua fala que as empresas não explicam como funciona o PJA ou quanto o programa de aprendizagem pode ajudá-los no mercado de trabalho.

Além disso, os jovens sinalizam que, ao término do contrato de trabalho, não conseguem estabilizar-se profissionalmente, por não conseguir emprego em outras áreas que não sejam aquelas nas quais participaram no PJA. Nesse sentido, os jovens se deparam com uma realidade para a qual não foram preparados no decorrer de sua participação no PJA, realidade essa composta de um mercado de trabalho competitivo e que atende aqueles que têm formação acadêmica e experiência profissional. Novamente, essa realidade entra em conflito com o projeto pedagógico do programa, baseado na pedagogia por competências. Essa concepção implica a ideia de que o desenvolvimento de competências tornaria o indivíduo capaz de responder a diferentes demandas do mercado de trabalho, uma vez que teria adquirido a habilidade de buscar o conhecimento e estar em constante atualização por conta própria.

Na elaboração da organização curricular dos Programas de Aprendizagem, de acordo com a legislação vigente e com os princípios do Modelo Pedagógico SENAC, os Planos de Cursos contemplarão as competências requeridas para o desempenho das ocupações, objeto da aprendizagem escrita na CBO (art 11, portaria nº723/2012). A carga horária teórica ministrada pelo SENAC será destinada ao desenvolvimento de competências profissionais articuladas com os conteúdos de formação humana e científica, exigidos no inciso III do art.10, portaria nº723/2012 (Manual de Aprendizagem SENAC-Pr, 2015).

O que se vê, entretanto, no PJA é a repetição de tarefas específicas que o tornam apenas adaptado às demandas do local em que trabalha. Como salienta Saviani (2006), a

“pedagogia da exclusão”, capacita para então excluir e assim a culpa pela empregabilidade ou não, passa a ser do próprio jovem.

Outra questão observada, a partir de relatos dos jovens entrevistados, é que estes sujeitam-se a um segundo ou até terceiro contrato de trabalho na mesma empresa, ainda como aprendiz, mesmo tendo idade suficiente para ser efetivado e com isso ganhar um salário adequado à categoria na qual o cargo se encaixa. Essa acomodação é estimulada pela empresa que faz promessas, protelando a efetivação do jovem.

O Programa Jovem Aprendiz requer cuidados para que o jovem possa usufruir dos conhecimentos adquiridos tanto na teoria quanto na prática. Portanto, é importante ressaltar que a aprendizagem deve ser totalmente alinhada entre teoria e prática, e deve envolver atividades as quais o jovem conhecerá ao longo de sua vida profissional.

Como reforça Gonçalves (2014), a ênfase nos programas de aprendizagem está na formação do jovem para o trabalho, portanto, o foco das atividades deve ser diferente, pois não está na produção do seu trabalho e sim no preparo do jovem para a vida. Essas atividades devem ser elaboradas com a preocupação de propiciar ao jovem a formação básica necessária para a sua inserção no mercado laboral.

O Programa Jovem Aprendiz tem um objetivo interessante, mas é preciso uma análise criteriosa por parte do poder público. É preciso elaborar políticas públicas que atendam à necessidade da juventude, formando jovens capazes de criticar, questionar e entender a si mesmos como sujeitos de direitos. Apesar das discussões em torno da temática, exaltando o quanto é importante a participação do jovem, percebe-se que o enfoque continua o mercado de trabalho.

Embora o conhecimento adquirido no programa de aprendizagem tenha sido reconhecido como importante pelos jovens, este não representa possibilidades reais de

inserção no mercado de trabalho. O que se observou nesta pesquisa é que dos entrevistados, dois jovens estão desempregados desde que concluíram o PJA e dois continuam no programa de aprendizagem na mesma empresa. Isso representa um sinal de alerta quanto à trajetória dos jovens após o PJA. Pode afirmar que o jovem fica à mênça do mercado laboral e volta à mesma situação do início do programa de aprendizagem.

Esta pesquisa não pretende desmerecer o conhecimento adquirido pelo jovem, mas levanta questões quanto à sua trajetória após concluir o PJA. Como se inserir no mercado de trabalho com uma formação superficial, com habilidades sociais no sentido de melhora nas relações humanas e com uma capacitação temporária, que atendem apenas a empresa contratante e no período de aprendizagem? Essa capacitação, de fato, não forma o jovem para a vida profissional, por isso sugere-se a revisão de aspectos do PJA como conteúdo programático e momento de inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Ainda mais importante parece ser a necessidade do aprofundamento da avaliação da efetividade do programa em relação a seus objetivos e quais aspectos contribuem de fato para a consecução desses objetivos.

Referências

- Almeida, M. E. G. G. D., & Magalhães, A. S. (2011). **Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar.** *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(2), 205-214.
- Alves, M. Z., & Dayrell, J. (2015). **Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida.** *Educação e Pesquisa*, 41(2), 375-390.
- Amazarray., M. R., Thomé., L. D., Souza, A. P. L., Poletto, M., & Koller, S. H.(2009). **Aprendiz versus trabalhador: Adolescentes em processo de aprendizagem** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 329-338. doi: 10.1590/S0102-37722009000300006
- Amorim, D. U., Queiroz, M. V. O., Brasil, E. G. M., & Maia, E. G. (2014). **Percepções e práticas de agentes comunitários de saúde sobre seu trabalho com adolescentes.** *38anos*, 38(101), 254-266.
- Apostila do curso “Formação de Instrutores: **Fundamentos Educacionais do Senac/PR**”.
Elaboração de conteúdo: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira. Curitiba: Editora Gráfica, 2014. ISBN: 978-85-68934-00-5
- Ariès, Philippe, 1914-1984. **História Social da criança e da família**; tradução de Dora Flaksman.- 2. Ed.- Reimpr.].- .-Rio de janeiro:LTC,2014.
- Assunção, H. B. (2012). **Trabalho do adolescente: uma questão complexa e controversa.** *Proceedings of the 2nd Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca*.
- Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. — São Paulo: Edições 70,2011.
- Barreiro, R. G., & Malfitano, A. P. S. (2014). **Retrato das políticas públicas governamentais Brasileiras para há Juventude nos anos 2000.** *Última Década*, (40), 133-157.

- Bertol, C. E., & Souza, M. (2010). **Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias.** *Psicologia ciência e profissão*, 30(4), 824-839.
- Borges, R. C. P., & Coutinho, M. C. (2010). **Trajetórias juvenis: significando projetos de vida a partir do primeiro emprego.** *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 189-200.
- Brasil (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei Federal 8069/1990. Brasília: Diário Oficial da União. Brasil (2005). **Decreto 5598/2005.** Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil, L (2010). **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.** Modifica o sistema de previdência social,. Disponível em:< [http://www. planalto. gov. br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20. htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm)emc20. Htm
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- Brasil (2013): **Cartilha Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: Secretária Nacional da Juventude
- Brasil (2014). Secretaria Nacional de Juventude Estação juventude: **conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude /** organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. 128p
- Bronfenbrenner, U. (2011). **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Porto Alegre: Artmed, 37.
- Carreiro, T. C. (2010). **Adolescências e experimentações possíveis.** Em L. F. Costa & M. M. Marra (Orgs.), Temas da clínica do adolescente e da família (pp. 15-23). Brasília:

Editora Ágora

Coelho, R. N., & Aquino, C. A. B. D. (2009). **Inserção laboral, juventude e precarização.**

Revista Psicologia Política, 9(18), 275-289.

Coutinho, R. X., Santos, W. M. D., Folmer, V., & Puntel, R. L. (2013). **Prevalência de comportamentos de risco em adolescentes.** *Cadernos Saúde Coletiva*, 21(4), 441-449.

Da Silva Rizzo, C. B., & de Oliveira Chamon, E. M. Q. (2010). **A representação social do trabalho para o adolescente.** *EccoS Revista Científica*, 12(2), 453-467.

Da Silva, V. R., & da Silva, R. S. (2011). **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios.** *Caderno CRH*, 24(63), 663-678.

Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm>. Recuperado em: 11/4/2016.

De Jesus Soares-ozias,(2009). **Juventude e Trabalho: notas e reflexões sobre a formação profissional mediada pela “Lei do Aprendiz”**(Lei 10.097/00).

De Mattos, E., & Chaves, A. M. (2010). **Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos.** *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 540-555.

Dos Santos, M. Q., Marcelino, M. D., Martins, F. F., & de Lima, P. (2009). **Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes no ensino médio.** *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(3), 544-557.

Dubar, C. (1998). **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos.** *Educação & Sociedade*, 19(62), 13-30.

Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA]. (1990). **Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Presidência da República.

- Feixa, C., & Leccardi, C. (2010). **O conceito de geração nas teorias sobre juventude.** *Sociedade e Estado*, 25(2), 185-204.
- Franco, A. C. F., Lemos, F. C. S., Ferreri, M. A., Passarinho, L., & Macedo, A. E. D. A. (2014). **Algumas interrogações acerca das produções midiáticas sobre a juventude.** *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 415-428.
- Freitas, M. D. F. Q. D., & Oliveira, L. M. P. D. (2012). **Juventude e Educação Profissionalizante: Dimensões Psicossociais do Programa Jovem Aprendiz.** *Psicologia em Pesquisa*, 6(2), 111-120.
- Frenzel, H. D. S., & Bardagi, M. P. (2014). **Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico.** *Revista Psicologia*, 14(1), 79-88.
- Frezza, M., Maraschin, C., & Santos, N. S. D. (2009). **Juventude como problema de políticas públicas.** *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 313-323.
- Frigotto, G. (2007). **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** *Educação e sociedade*, 28(100), 1129-1152.
- Garcia Barreiro, R., Malfitano, S., & Paula, A. (2014). **Retrato de las Políticas Públicas Gubernamentales Brasileñas para la Juventud en los Años 2000.** *Ultima década*, 22(40), 133-157.
- Gomes, C.C & Conceição, M. I.G (2014) **Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 1, p. 47-58, jan./mar.
- Gonçalves, A. L. D. A. (2014). **Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico.** *estudos avançados*, 28(81), 191-200.
- Gondim, S. M. G., Moraes, F. A. D., & Brantes, C. D. A. A. (2014). **Competências socioemocionais: fator-chave no desenvolvimento de competências para o trabalho.** *Revista Psicologia*, 14(4), 394-406.

- Gonzáles, R. (2009). **Políticas de emprego para jovens: Entrar no mercado de trabalho é a saída?** In J. A. Castro, L. M. C. Aquino & C. C. Andrade (Orgs.), *Juventude e políticas sociais no Brasil* (pp 111-128). Brasília: Ipea
- Horta, N. C., & Sena, R. R. (2010). **Abordagem ao adolescente e ao jovem nas Políticas Públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão.** *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 20(2), 475-495.
- IPEA et al. (Org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009. 303p.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia (2007). **Pesquisa Nacional de pesquisa por domicílios.** Recuperado em 16 de Junho de 2016. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2007/graficos_pdf.Pd.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia (2012). **Censo demográfico 2012.** Recuperado em 16 de Maio de 2015. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia (2013). Recuperado em 07 de Abril de 2016 biblioteca. www.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf
- Jager, M. E., Batista, F. A., Perrone, C. M., Dos Santos, S. S., & Dias, A. C. G. (2014). **O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD.** *Psicologia em Estudo*, 19(2), 211-221.
- Josviak, M. (2009). **Políticas públicas e aprendizagem: a participação do Ministério Público do Trabalho na construção de políticas públicas para profissionalizar jovens no Paraná.** In M. Josviak & R. B. Bley (Eds.), *Ser Aprendiz! Aprendizagem profissional e políticas públicas: aspectos jurídicos, teóricos e práticos*, (pp. 39-60). São Paulo: LTr.
- Lachtim, S. A. F., & Soares, C. B. (2011). **Values attributed to work and expectations for the future: how young people position themselves?** *Trabalho, Educação e Saúde*, 9(2), 277-294.

- Macêdo, O. J. V., & Alberto, M. D. F. P. (2012). **O sentido da formação profissional no contexto da aprendizagem.** *Estudos de Psicologia*, 17(2), 223-231.
- Macêdo, O. J. V., Alberto, M. D. F. P., & Araujo, A. J. D. S. (2012). **Professional training and future: expectations of adolescent apprentices.** *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29, 779-787.
- Machado, S. (2013). **Proteção Jurídica do Trabalho do Jovem no Brasil.** Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, 34(124), 139-155.
- Maia, A. A. R. M., & Mancebo, D. (2010). **Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado.** *Psicologia: ciência e profissão*, 30(2), 376-389.
- Mandelli, M. T., Soares, D. H. P., & Lisboa, M. D. (2011). **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(SPE), 49-57.
- Marcelino, M. Q. D. S., Catão, M. D. F. F. M., & Lima, C. M. P. D. (2009). **Social representations of life project among adolescents in high school.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(3), 544-557.
- Manual da aprendizagem: **o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz** – 3. ed. – Brasília: MTE, SIT, SPPE, ASCOM, 2009. 73 p.
- Matsuzaki, H. H. (2011). **O desafio da lei do jovem aprendiz: um estudo da aplicação da lei 10.097/00 como política pública na inclusão de jovens no mercado de trabalho** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Meyer, D., & Félix, J. (2014). **“entre o querer ser...”: jovens soros positivos (as) projetos de vida e educação”.** *Educação em Revista*, 30, 181-206.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2009). **Cartilha do adolescente aprendiz.** Paraíba: DRT. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000174&pid.

- Moreira, M. I. C., Rena, L. C. C. B., & Sousa, M. D. C. (2013). **The meanings constructed by adolescents and young people in institutional contexts in Barreiro (BH) and Betim (MG) for the social and political participation.** *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(2), 397-404.
- Neu, T., & Cacenote, A.M. (2013). **Contribuições do curso jovem aprendiz na inserção do adolescente no mercado de trabalho.** Aportes do V Simpósio Iberoamericano em comércio internacional, desenvolvimento e integração regional.,152..
- Nolasco, S. R., & Sá, N. P. (2013). **Juventude, revitalização cultural e a temática das gerações/ Youth, cultural revival and the theme of generations.** *Eccos* (31),101.
- Noronha, A. P. P., & Mansão, C. S. M. (2012). **Interesses profissionais e afetos positivos e negativos:** Estudo exploratório com estudantes de ensino médio. *Psico-USF*, 17(2),323-331. doi:10.1590/S1413-82712012000200016
- Oliveira, L. M. P. D. (2010). **Jovens aprendizes: aspectos psicossociais da formação para a vida.** (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba).
- ONU-(2015) Organização das Nações Unidas- Brasil recuperado em 08 de Março de 2016.<https://nacoesunidas.org/>
- Organização Internacional do trabalho. **Trabalho decente e juventude no Brasil.** Brasília: OIT, 2009.
- Padres, P. (2014). **Percepção de adolescentes não pais sobre projetos de vida e sobre a paternidade adolescente.**
- Pessoa, M. C. B., Alberto, M. D. F. P., Máximo, T. A. C. D. O., & Souza, P. C. Z. D. (2014). **Formação profissional de jovens: a que se destina?** *Estud. psicol.(Natal)*, 19(1), 22-30.
- Rezende, M. P., Cano, M. A. T., Mauro, M. Y. C., Oliveira, D. C., Marziale, M. H. P., & Robazzi, M. L. C. C. (2012). **Ocupações exercidas por adolescentes e sua relação**

- Rizzo, C. B. D. S., & Chamon, E. M. Q. D. O. (2011). **O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador.** *Trab. educ. saúde*, 8(3).
- Rocha-de-Oliveira, S., Piccinini, V. C., & Bitencourt, B. M. (2012). **Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil?.** *Organizações & Sociedade*, 19(62), 551-558.
- SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. (2011). **Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas.** In: CARVALHO, M. L. M. de (Org.) *Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional*. São Paulo: Centro Paula Souza, p. 165-184.
- SAVIANI, D. (2006). **O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro.** SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do Século XIX. Campinas: Autores Associados.*
- Sgarbi, L.M.C.M. & Ferrante, V.L.S.B. Page 5. *Revista Uniara*, v. 13, n.1, julho 2010 **A lei da aprendizagem: uma solução possível para a questão do trabalho infante juvenil.**
- Silveira Júnior, J. A. D. (2014). **Avaliação do programa de aprendizagem do Senac em São Luís na visão dos aprendizes em conformidade com a MP nº 251, de 14 de junho de 2005.**
- Silva, E.R.A.D., & Andrade, C.C.D. (2009). **A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 43-69.
- Silva, C. R., & Lopes, R. E. (2009). **Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas.** *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar* 17(2), 87-106.
- Silva, M. A. I., Mello, F. C. M. D., Mello, D. F. D., Ferriani, M. D. G. C., Sampaio, J. M. C., & Oliveira, W. A. D. (2014). **Vulnerability in adolescent health: contemporary issues.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), 619-627.
- Silva, R. D. M., & Trindade, Z. A. (2013). **Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si.** *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 14(1), 73-86.

- Soares, O.J. (2009). **Juventude e trabalho: Notas e reflexões sobre a formação profissional mediada pela “Lei do Aprendiz” (Lei 10.097/00)**. Trabalho necessário, 7 (8), 1-16.
- Recuperado de <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN08%20Asoares,%20o.%20..pdf>.
- Sobrosa, G. M. R., Santos, A. S. D., Oliveira, C. T. D., & Dias, A. C. G. (2014). **Perspectivas de futuro profissional para jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas**. *Temas em Psicologia*, 22(1), 223-234.
- Sousa, H. D., Frozzi, D., & Bardagi, M. P. (2013). **Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego**. *Psicol. ciênc. prof*, 33(4), 918-933.
- Pessoa, M. C. B., Alberto, M. D. F. P., de Oliveira Máximo, T. A. C., & de Souza, P. C. Z. (2014). **Formação profissional de jovens: a que se destina?**. *Estudos de Psicologia*, 19(1), 22-30.
- Políticas, J.H.P. (2014). Produção Social, Histórica e Cultural do Conceito de Psicologia & Sociedade, 26 (1), 137-147.
- Taborda, J. A., Silva, F. C. D., Ulbricht, L., & Neves, E. B. (2014). **Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas**. *Cad Saúde Colet (Rio J.)*, 22(1), 16-24.
- Tiellet, M. D. H. S., Antunes, M. D. P. F., & da Costa, J. F. (2013). **Juventude e contemporaneidade: vínculos complexos e futuro incerto**. *EccoS Revista Científica*, (32), 103-118.
- Trancoso, A. E. R. (2012). **Juventudes: o conceito na produção científica brasileira**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Trancoso, A. E. R. & Oliveira, A. A. S. (2014). **Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas**. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), 137-147

- Venturini, A. P. C., & Piccinini, C. A. (2014). **Adolescent perceptions of life projects and of teenage fatherhood.** *Psicologia & Sociedade*, 26(SPE), 172-182.
- Zanella, A. V., Groff, A. R., Silva, D. O. B. D., Mattos, L. K. D., Furtado, J. R., & Assis, N. D. (2013). **Young, youth and public policies: academic production in Brazilian scientific journals (from 2002 to 2011).** *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(2), 327-333.

Apêndice 1

	Categorias				
Participantes	1	2	3	4	5
1					
2					
3					
4					
5					

Modelo de tabela separada por categorias – (Apêndice 1)

Anexos

Anexo 1 - Carta de autorização para realização de pesquisa

À Direção e Gerencia do SENAC-Pr (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

Assunto: Autorização para realização de pesquisa

Prezado Senhor (a)

Venho por meio desta, solicitar permissão para realizar a pesquisa intitulada “Levantamento da trajetória do adolescente após o término do Programa Jovem Aprendiz”, que tem por objetivo compreender a trajetória do jovem um ano após o término do programa e quais as contribuições deste na vida do jovem. Para realização da pesquisa será necessária a aplicação de 5 entrevistas semiestruturadas com 28 perguntas abertas, em jovens que concluíram o programa entre 2009 e 2013. Após a conclusão da pesquisa nos comprometemos a informar para a instituição os resultados obtidos e garantimos o total sigilo no que se refere a manter em anonimato os nomes e identidade dos participantes. Agradecemos sua valiosa colaboração, sem a qual não seria possível a realização da pesquisa.

“Declaro ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua co-responsabilidade como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra estrutura necessária para garantia de tal segurança e bem estar.

Pesquisadora:

Cristina Celia Correia
Telefone: 88232766 - E-mail: c3consultoria@hotmail.com
Universidade Tuiuti do Paraná
Programa de Pós-graduação Stricto Senso em Psicologia
Mestrado em Psicologia Social Comunitária

Assinatura do responsável pela instituição

Nome: _____

Documento de identidade: _____

Assinatura direção (RG)

Anexo 2- Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar de um estudo intitulado “Levantamento da trajetória do adolescente após o término do Programa Jovem Aprendiz”. O presente estudo visa analisar um ano após o jovem concluir o citado programa, qual sua trajetória e quais contribuições para sua vida profissional. Caso você decida participar da pesquisa, responderá a uma entrevista semiestruturada com 28 perguntas abertas. A sua participação neste estudo é voluntária. Você tem a liberdade de se recusar a participar ou, se aceitar participar, retirar seu consentimento a qualquer momento. A pesquisadora compromete-se a manter a confidencialidade sobre os dados coletados na entrevista de cada participante, bem como a privacidade de seus conteúdos. Os resultados obtidos nesta pesquisa poderão ser publicados em eventos e periódicos científicos e, divulgados aos participantes. Pela sua participação na entrevista você não receberá qualquer valor em dinheiro.

As informações existentes neste documento são para que você entenda perfeitamente os objetivos desta pesquisa, e saiba que a sua participação é espontânea. Qualquer dúvida poderá ser esclarecida pessoalmente pela pesquisadora.

Pesquisadora responsável: Cristina Celia Correia

Telefone para contato: (41) 88232766

Professora orientadora: Prof. Dra Roberta Kafrouni

Eu, _____ li o texto acima e compreendi o objetivo da pesquisa da qual fui convidado (a) a participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão. Concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Nome do sujeito da pesquisa

Assinatura

Local e data

Pesquisador responsável:

Anexo 3- Entrevista semiestruturada

Nome:

Idade:

Ano de formação:

1. Você é de Curitiba... Se não, onde nasceu?
2. Qual seu estado civil? Tem filhos?
3. Você mora com a sua família? Em quantos vocês são? Quais as atividades dos seus pais, o que fazem?
4. Qual a média da renda familiar? E você tem renda pessoal?
5. Você conhecia o Programa Jovem Aprendiz?
6. Como foi que você começou a frequentar o programa? Que idade você tinha? (caso ele não fale)
7. Antes de entrar no programa, você pensava como seria seu futuro? O que você gostaria de fazer quando ficasse mais velho?
8. Quando você começou o curso, o que você achava que iria acontecer com você? Qual o local que você fez o Programa?
9. Quais as contribuições do programa jovem aprendiz para você durante período do curso?
10. O aprendizado que você adquiriu durante o programa foi suficiente para sua entrada no mercado de trabalho?
11. Você continua na mesma empresa a qual iniciou o estágio?
12. O que aprendeu nessa empresa?
13. Você foi estimulado, convidado pela equipe ou pelos seus chefes a permanecer na empresa a qual fez o estágio?

14. Quais conhecimentos que você adquiriu no programa jovem aprendiz, que te ajudam hoje na parte prática do seu trabalho?
15. A função que você exerce ou exerceu na empresa tem alguma relação com a área que você participou no programa jovem aprendiz?
16. Qual foi o tratamento que você recebeu durante a sua trajetória na empresa? Você foi cobrado pelas suas tarefas, solicitavam suas opiniões, participava de reuniões de equipes, recebia feedback da liderança?
17. Você teve treinamento durante seu estágio na empresa? Qual? Para qual atividade ou setor?
18. Vou citar as disciplinas da área. O que você considera “prática” destas disciplinas?
19. Você se sente diferente de outros jovens que não participaram do programa?
(Acha que: Tem mais conhecimento? É mais capacitado? As empresas dão mais oportunidades? É mais fácil conseguir um emprego?)
20. Quanto tempo depois do término do programa jovem aprendiz, você levou para entrar no mercado de trabalho?
21. Você acha difícil conseguir emprego? O que você acha que é preciso para conseguir?
22. Para você, o que, não deve mudar no Programa Jovem Aprendiz? Quanto às disciplinas? Conteúdo programático? A metodologia de ensino? A relação com os instrutores? A carga horária? o tempo total do programa?
23. Como foi trabalhar e estudar?
24. Hoje, você está trabalhando? A área a qual você atua, tem relação com o programa jovem aprendiz ?
25. O que você achou das disciplinas do programa?
26. Quais as disciplinas que você mais gostou, por quê?
27. Você está fazendo algum curso hoje? Faculdade, curso técnico?

28. Durante as aulas você tinha vontade de participar das atividades propostas, fazer os trabalhos em grupos, participar das dinâmicas, pesquisar, ler, escrever?

Anexo 4 – Tabela categorias

Categorias					
Participantes	1. Expectativa em relação ao PJA	2. Contribuições do PJA para a inserção laboral	3. Aprendizado na empresa e no PJA	4. Expectativa quanto ao futuro	5. Sentimentos quanto ao PJA
1- Julia	<p>“... Na verdade a minha expectativa era ser contratada na empresa, eu não fiquei na expectativa do curso, sabe.”</p> <p>“... eu queria ficar na empresa, vim pro Programa para realmente continuar na empresa...”,</p> <p>“Mas não foi isso que aconteceu”...</p> <p>“como eu era menor, não deu certo...”.</p>	<p>“... Olha... acho que foi bom... assim, eu aprendi muita coisa né? mas para trabalhar no comércio... ééé, eu acho que o programa ajuda no dia a dia, sabe?”</p> <p>“eu tenho certeza que o programa me ajudou a conseguir emprego pelo que tinha no currículo, quer dizer... eu acho que sim... foi um amigo meu que me indicou...”.</p> <p>“... foi uma amiga minha que falou de mim, aí eu fui lá e falei com a gerente, acabei sendo contratada...”.</p> <p>“... graças a Deus eu nunca tive dificuldades de conseguir emprego...”.</p> <p>“... ah...quanto mais conhecimento melhor né?...eu vejo que eu amadureci...se a pessoa não tem conhecimento fica para trás...” “Então agrega muito...eu acho que pra conseguir um emprego</p>	<p>“eu tive bastante contato com clientes assim... e também trabalhar em equipe... isso me ajudou muito...”.</p> <p>“... eu fiquei bastante tempo neste setor, depois eu voltei a rodar em outros setores, aprendi muita coisa, sabe?”...</p> <p>“... quando eu era menor aprendiz... chegava dizia oi,oi, ia trabalhar... não tinha feedback...tipo...tem que melhorar nisso...era diferente de antes...não tinha um cuidado com a gente...”</p> <p>“... era a disciplina que eu mais usei... aprendi como respeitar as pessoas sabe?... quando a gente tá de mau humor, por exemplo... eu acho que essa matéria ajudou bastante...”.</p> <p>“... silêncio ah... éé... informática, essa matéria agregou</p>	<p>“assim... eu sempre quis na verdade ter um trabalho... para ter dinheiro para estudar, fazer um cursinho...”.</p> <p>“... eu nunca consegui trabalhar e fazer um curso, eu sempre quis...”.</p> <p>“minha mãe não tinha... não tem condições de me dar estudo...”</p> <p>“queria ter uma graninha para fazer um curso de informática, curso de inglês,... assim... e tentar um vestibular, essa era minha intenção... ainda é né? (riso)”.</p> <p>“... aí eu tava me formando num curso técnico de</p>	<p>“meu sentimento é que foi um começo”... “tudo que eu aprendi, eu consegui colocar em prática... me ajudou muito...”</p> <p>“... a parte que eu mais gostei do programa, foi aprender a lidar com as pessoas... parecendo ou não, eu sou uma pessoa muito tímida...” “só acho que consigo falar melhor com as pessoas, sabe?..”</p>

		<p>ajuda né?...mas não na área que a gente fez o programa... ajuda para a vida..."</p> <p>"... Ah, deixa eu ver...teve muita coisa que eu não tinha noção...a gente sempre tá aprendendo alguma coisa..."</p> <p>"... mas aquilo que quero... que é uma faculdade, acho que vou usar a ética, por exemplo... eu acho que conhecimento, nunca é demais, né?...".</p>	<p>bastante, foi o Excel, eu não sabia... me ajudou bastante..." "silêncio..."</p> <p>"... eu montei aquele trabalho do Hostel (aula de marketing)... tem muita coisa que eu não lembro mais né?... por mais que eu não lembre tudo... eu acho que tudo que aprendi, agregou</p>	<p>turismo, e não concluí, mas achava que ia me dar um rumo"...</p> <p>(Silêncio)</p> <p>"aí eu comecei a pensar em estudar e fazer um cursinho, para tentar um curso de engenharia ambiental"... Aí fiz o cursinho, aí eu desisti novamente...</p> <p>(silêncio)... Aí que eu pensei em fazer oceanografia... Aí eu pensava um dia eu vou conseguir... (riso).</p> <p>"... o que eu quero é não ficar parada assim... é me formar e não trabalhar num escritório assim..." "... quero trabalhar na parte de pesquisa... é realmente o que quero..." "não sei como... sei que quero isso..."</p> <p>"... pra você ver... de menor</p>	
--	--	---	--	---	--

				aprendiz, pra isso né? me levou a isso...(riso)”	
2- Wagner	... “não, na verdade eu não sabia como seria o curso, então eu não pensava assim... como seria sabe, acho que é porque eu era muito novo, só tinha 14 anos... sabe?” “Para mim, foi muito bom, pelo fato que eu não conseguiria outro tipo de emprego, porque eu era novo e não conseguiria em outro lugar, então para mim, foi muito bom...”	“Há eu aprendi muito lá né, (o quê?) ha... telemarketing, marketing, e eu tô usando o que eu aprendi lá no meu trabalho hoje”....”há muita coisa, até em casa contribuiu, querendo ou não é uma responsabilidade para você trabalhar, o curso mostra que você tem que ter uma responsabilidade, que você já está entrando numa cadeia de trabalho e que deve ser responsável”...”então você tem que colocar a cabeça no lugar e agir (risos)” “ha, eu era muito novo, só tinha 14 anos, eu com certeza não conseguiria de outro jeito”... “hoje eu trabalho como estoquista na loja, porque tinha experiência com estoque, aprendi muito lá na Havan, e tudo que aprendi eu coloco na prática”...”	...“é tinha treinamento tinha na Havan e no constantini”... “lá no hospital ... eles chamavam a gente para treinamento de atendimento”...”ha, como fazer guias, internações, eles não davam treinamento só de uma coisa, mas eles treinavam a gente assim,do todo do hospital, sabe?...a gente aprendia de tudo um pouco...” eu aprendi muito lá”...na loja (Havan) também , eu aprendi muita coisa...a gente ficava de três em três meses em cada setor... tudo que aprendi lá eu aplico na loja que trabalho agora... (Omar calçados)	“eu sempre gostei de desenhar, agora eu quero fazer técnica em mecânica”...,” mais eu gosto mais de Educação física”...,” mais tarde eu quero dar aula”... “...e quero tentar fazer projetos de ajudar pessoas”... “ no caso eu não tive ajuda” ...”e quero ajudar meninos e meninos”... ...“porque eu não tive essa ajuda e sempre tive que correr atras sozinho, até com a educação física,vou ter que me virar para fazer...” ... “mais tarde eu quero	para mim foi muito bom, eu aprendi muito no PJA, agora depende só do meu esforço para conseguir entrar na faculdade e melhorar de vida...(risos)” o programa eu não tenho nada para dizer assim que mudasse...

		<p>Você se sente diferente de outros jovens que não participaram do programa?</p> <p>“Ah, não... eu acho que como a gente aprendeu lá no curso, quando a gente tem qualificação a empresa vai te escolher, porque se você tem qualificação fica bem mais fácil”</p> <p>“acho que o curso ajudou muito eu era muito tímido, eu até dei ideias pro meu gerente para melhorar, antes eu não conseguia”... “agora, eu não me sinto tanto com medo”... “hoje não tem mais ninguém por mim”... “mas eu lembro das coisas que eu aprendi, até esta semana eu vou cuidar de um aprendiz”... “eu até falei para eles lá que eu já passei por isso, e sei como ensinar...”</p>		<p>ajudar eles a entrar na area... fazer estágio num clube, um estágio na area do esporte, dentro da area...</p>	
3-Letícia	<p>“..eu achei que era tipo um colégio...eles não me explicaram nada lá no mercado, eles me falaram que</p>	<p>“Acho que foi muito bom para mim, abriu a minha cabeça sabe...me ajudou na escolha da profissão, quero fazer contabilidade porque o PJA me ajudou a querer isso,sabe?...ou pelo menos me mostrou o</p>	<p>“Ah eu lembro da ética, tem que ter uma ética para trabalhar...assim...eu sei lidar com isso , mas eu não sei explicar... eu fico um pouco nervosa... quando eu comecei a</p>	<p>“...o senac me ajudou muito, melhorou muito a minha vida...que eu tenho que fazer uma coisa que eu goste...aí eu não sei explicar...nos</p>	<p>...” foi uma escola para a vida...”</p> <p>“...meu sentimento é que foi um aprendizado...</p> <p>“tudo que eu aprendi, eu</p>

<p>ia ser obrigada a fazer o curso...apenas isso...que se eu não fosse, eles iam descontar do meu salário...a empresa me falou isso...mas, quando eu entrei aqui, vi que você escolhe tá aqui, não é obrigado a nada...”</p> <p>“...eu era muito infantil...não consigo explicar...hoje eu já sei o que eu quero...eu acho que ter experiência com pessoas é a parte mais difícil,mas depois a gente vai acostumando...a ntigamente eu fazia o que meus amigos queriam...eu queria ter amigos...não pensava no</p>	<p>caminho...”</p> <p>“então quando foram me contratar nessa empresa que estou hoje, ela, a minha chefe disse que os cursos do senac são bem rigorosos e se eu fiquei dois anos lá é porque tem alguma coisa de bom aí...”</p> <p>...“Com certeza...porque eu tava indo numa má influência, querendo ou não...com 14 anos, sabe aquelas pessoas que levam a gente pra festa e dizem pra gente sair escondido dos pais,eu saia...eu era a menina do grupo que tinha medo de tudo...eu ia junto...mas na época o grupo usava drogas...de tudo, sexo...tudo...”</p> <p>“...acho que minha postura mudou...empreendedorism o é a parte do currículo, né? a empregabilidade me ajudou a fazer o currículo né, o que me ajudou a entrar na empresa, querendo ou não me ajudou nisso...” após algumas perguntas sobre empregabilidade e empreendedorismo Letícia diz “ o empreendedorismo...eu quero ter um negócio meu, quero ter as minhas coisas...eu quero ter o meu próprio negócio...eu quero ser contadora e ter o meu escritório...Por que, você escolheu contabilidade?</p>	<p>trabalhar no mercado eu aprendi a ter empatia com as pessoas... eu não sabia lidar com as pessoas...eu consigo me colocar no lugar do outro...antes eu não conseguia, sabe?...acho que minha postura mudou...”</p> <p>“...se eu consigo conversar hoje com você, do jeito que eu tô conversando, eles que me ajudaram, para mim aqui é como uma família, se a gente tem uma família para conversar...”.</p>	<p>dois serviços que tive antes eu pensava em fazer RH ou psicologia... aí eu fui mudando nessa empresa que estou hoje, quero fazer contabilidade... não que não queira a psicologia ainda, eu vou fazer depois que me formar em contabilidade...de pois vou fazer psicologia não para ganhar dinheiro,mas para mim, sabe?...”</p> <p>“fui fazer minha inscrição lá...aí eu quase chorei, porque tava tudo certo, aí ela me disse que só vai começar no semestre que vem...se tivessem me avisado eu poderia ter tentado em outra,né? eu fiz na fapar porque era perto do meu serviço...eu</p>	<p>consegui colocar em prática... me ajudou muito...”</p> <p>“...a parte que eu mais gostei do programa, foi aprender a lidar com as pessoas...parecen do ou não, eu sou uma pessoa muito tímida...”</p>
--	---	--	--	--

	<p>futuro...eu acredito que amadureci muito depois do programa jovem aprendiz...”</p>	<p>Ha porque eu gosto de números, podia ser RH, eu gosto de fazer folhas de pagamento...muitas empresas fazem o trabalho terceirizado...então é isso...ou pode ser em banco...”</p>		<p>pretendo fazer...é complicado...é complicado...vai sair em julho porque não fechou turma...é ...mas é assim mesmo os outros erram e a gente tem que abaixar a cabeça... no Brasil é assim né? porque é assim, a política por exemplo...a passagem subiu para quatro reais...e o que a gente fez? Não fez nada!...todos, não tem o um, não tem um que não roube...não adianta porque o dinheiro corrompe, eu... se seu fosse lá eu tentaria fazer diferente...mas eu tenho medo... porque por mais que eu queira ajudar não adianta...eu quero ajudar os outros... se alguém vem para mim e pede</p>	
--	---	---	--	--	--

				comida eu ajudo, não deixo a pessoa lá...eu faço o possível para ajudar...”	
4-Mario	<p>...” Ah, geralmente gera algum tipo de timidez né...até fazer amizade e tudo o mais...eu já conhecia os colegas que já trabalhavam comigo, aqui eu achei interessante ,bem legal a estrutura, eu achava legal o pessoal que faz gastronomia...acho que é isso...então eles faziam pão de queijo e mandavam para a sala...é uma lembrança muito boa...eu gosto do senac, acho uma estrutura bem legal...</p> <p>Foi explicado a você sobre o</p>	<p>“como que funciona o mercado...o processo já começou quando entreguei o currículo lá no mercado...mas quando eu comecei aqui (no Senac) eu aprendi muita coisa que não sabia...como funcionava um mercado assim.. as dificuldades do mercado...o que era preciso saber para trabalhar num mercado...acho que isso foi muito importante pra mim..me ajudou muito ”....</p> <p>“Ah...como já havia dito....como funciona as coisas...porque precisa da equipe...que todos devem trabalhar juntos... entendi como funciona uma empresa... se hoje eu for num mercado eu sei...não está fresco assim...mas eu acho que me ajudou muito...a gente vai lembrando no dia a dia,né?</p>	<p>...” tinha a chefe e os jovens aprendizes mais velhos... eles ensinavam a gente... a chefe sempre ficava junto com agente... não era programado era do dia a dia cuidando da gente,... eles ensinavam conforme precisava... conforme os erros que a gente tinha, eles iam,mostrando...”</p> <p>“...mas era tudo expontâneo...o restante a gente aprendia no Senac mesmo”...</p> <p>“...quanto a ética, eu lembro que teve bastante dinâmica...qualquer curso, qualquer lugar a gente precisa de ética...acho que acrescentou bastante...a informática foi divertido...a gente aprendeu alguns comandos... quando dava tempo a gente fazia algumas coisas assim... diferentes né? ainda mais com internet, né?</p>	<p>...”Tinha...mas era...mas era implícito assim né? eu queria fazer psicologia...mas com o tempo foi crescendo em mim...hoje eu tô fazendo faculdade de psicologia...mas na época eu tava na adolescência, ficava o dia todo sem fazer nada...ia dormir de uniforme...(riso)... eu não sabia o que queria...aliás eu nem pensava nisso ainda...Mario não relata expectativas quanto ao seu futuro laboral, nem demonstra preocupação quanto ao assunto.Quando</p>	<p>....“ a empresa tem lá suas restrições... eles tem uma demanda grande...né ? expressão do capitalismo né?(risos) eu tenho um problema com a exploração...é um excesso de querer lucrar...então vai cortando salário...aumentando o tempo de serviço...geralmente lugares grandes são assim...eu não posso generalizar até porque eu não conheço todos”....</p> <p>Mas o jovem aprendiz foi legal...aprendi muita coisa lá...amadureci...</p>

	<p>PJA, como foi dada esta explicação?...</p> <p>“Eu não lembro exatamente se houve uma demonstração de como seria o curso né?...mas que eu iria aprender sobre várias coisas...várias áreas com relação ao mercado mesmo, iii...foi bem legal... Mario se mostrou muito tranquilo ao falar sobre sua expectativa como aprendiz.</p>		<p>hoje em dia eu me viro né?se eu mexer eu consigo lembrar”...</p> <p>...“então tinha gente que trabalhava no mercado que não faziam o PJA, era mais laboral...a gente sabia o porque das coisas,porque aquela pessoa estava ali, qual era o papel dela...a gente era ensinado a analisar o trabalho, tudo tem um porque,não é só fazer, trabalhar, braçal”...</p>	<p>estimulado a falar um pouco mais sobre o futuro,</p> <p>...”eu tava na oitava serie na época...eu achava que era técnico mesmo o curso...acho que tudo que eu aprendi era bom...porque eu tava no supermercado...e eu aprendi tudo de mercado...então me ajudou bastante”...eu não penso assim...sobre o meu futuro”...</p>	
5- Henrique	<p>.. “na maioria eu consigo...a maioria eu consigo...tinha uma que era sobre atendimento e quando eu tenho que atender o cliente eu lembro que teve um professor que me</p>	<p>“eu acho que o PJA vai me ajudar na faculdade, o PJA é como se fosse um colégio, aqui eu aprendi a conviver com as pessoas, várias coisas que na faculdade eu vou ter que fazer...éé apresentar trabalhos lá na frente...quase a mesma coisa...eu sou um pouco tímido...depende da</p>	<p>...”ah...a gente fica em todos os setores, aprendendo um pouco de cada coisa...éé três meses no pacote...três meses no auto atendimento...três meses no estoque...assim a gente aprende tudo...depois no estoque eu fiquei mais seis meses, né porque eu fiz os dois programas na mesma</p>	<p>“Eu quero fazer faculdade de contabilidade...eu gosto de lidar com números... ... “a maioria dos meus primos...tipo a minha família trabalha com isso...eu já fui bastante com eles</p>	<p>... “então...quando eu entrei aqui...eu achei que não ia gostar, que já ia querer sair... aí eu achei uma coisa que gostei de fazer, conheci pessoas e aprendi a lidar com pessoas...eu prefiro ir pra empresa claro...mas o PJA</p>

	<p>ensinou a situação...no começo sabe?</p> <p>atender...eu não sabia falar nada, né? hoje eu já sei muita mais do que quando entrei aqui antes na primeira vez...já sei , bem mais coisas...ééé sei fazer notas fiscais...atender o cliente...(silêncio)...ao ser questionado sobre as expectativas,</p>	<p>empresa, então eu pude ficar mais tempo em cada setor...eu substituo quando a mulher lá sai de férias...eu peguei bem as mñhas de lá já...com o dinheiro que eu ganho lá vou investir numa faculdade...</p> <p>“eu não sabia falar com clientes, eu tava lá no Portão e me mandaram para trabalhar no autoatendimento no São Bráz, me ajudou muito, a disciplina de comunicação lá...eu consegui falar melhor...conversar com meus colegas de trabalho...eu era muito tímido e essa materia fez eu soltar mais...tanto é que o meu gerente me deixou no auto atendimento porque eu consigo me soltar bem, assim”...</p> <p>... a matemática por exemplo...eu já tive no colégio né... eu tive bastante coisa aqui que eu não sabia...eu não lembro exatamente...mas tem um monte de coisa que eu aprendi aqui...agregou...no</p>	<p>nessas empresas e sei lá...gostei...eu não quero outra coisa não ser contabilidade...talvez educação física.”...Em seguida fala novamente sobre a profissão e afirma...</p> <p>“quero ser contador, eu gosto muito de números...talvez abrir meu escritório de contabilidade ou até trabalhar com meus primos...</p>	<p>na minha opinião é um grande início...</p>
--	---	---	---	---

			<p>colégio eu não aprendi e aqui em 4 meses eu aprendi...eu acho que no português eu já sabia muita coisa que eu tinha aprendido no colégio...ao falar sobre o aprendizado da disciplina de comunicação,... "aprendi a fazer gibizinho...éé...não verbal...tipo oito quadradinhos...só ...o pessoal não se comunicando...só o não verbal...ética e cidadania eu tive essa materia...eu não tinha ética,para falar a verdade" ...</p>		
--	--	--	--	--	--